

## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	6
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	7
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS .....	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	11
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO .....	13
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES .....	14
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	15
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	15
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA .....	16
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	17
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	18
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS .....	20
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO .....	21
12. ATIVOS DE CONTRATO .....	23
13. INVESTIMENTOS .....	27
14. IMOBILIZADO .....	37
15. INTANGÍVEIS .....	39
16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL .....	42
17. FORNECEDORES .....	45
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES .....	45
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	45
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	47
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	48
22. PROVISÕES .....	50
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS .....	55
24. RECEITAS .....	55
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	58
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	60
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	61
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	65
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS .....	77
30. ATIVO CLASSIFICADO COMO MANTIDO PARA VENDA .....	79
31. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI .....	82
32. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	83
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS .....	84
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR .....	92

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

### ATIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	342.470	123.071	255.769	86.064
Títulos e valores mobiliários	6	675.397	943.789	381.536	618.130
Consumidores e revendedores	7	873.591	681.255	719.385	534.579
Concessionários - transporte de energia	7	93.273	113.324	90.875	111.164
Tributos compensáveis	8	29.424	31.874	24.487	27.921
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	423.790	652.515	422.287	650.523
Dividendos a receber	13	127.151	232.098	422.013	280.204
Ativo financeiro da concessão	11	291.879	283.233	-	-
Ativos de contrato	12	630.635	592.337	602.290	565.659
Outros		122.568	79.924	114.837	75.529
TOTAL DO CIRCULANTE		3.610.178	3.733.420	3.033.479	2.949.773
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	131.998	194.110	74.400	127.128
Consumidores e revendedores	7	2.348	3.393	515	715
Tributos compensáveis	8	73.418	71.546	28.443	27.614
Depósitos vinculados a litígios	10	200.503	161.820	194.288	152.759
Instrumentos financeiros derivativos	28	866.223	1.219.176	866.223	1.219.176
Outros		51.174	55.000	54.942	62.084
Ativo financeiro da concessão	11	3.375.288	3.325.170	816.202	816.202
Ativos de contrato	12	3.771.484	3.684.645	3.680.296	3.595.441
Investimentos	13	3.500.328	3.330.193	7.592.456	7.481.708
Imobilizado	14	2.387.888	2.417.525	1.636.203	1.656.846
Intangível	15	1.076.140	1.112.912	743.015	773.405
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	16a	40.296	41.864	38.429	40.427
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.477.088	15.617.354	15.725.412	15.953.505
TOTAL DO ATIVO		19.087.266	19.350.774	18.758.891	18.903.278

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

### PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	164.700	470.536	164.700	470.536
Fornecedores	17	366.534	383.786	343.183	334.379
Imposto de renda e contribuição social	9b	53.931	157.444	-	-
Impostos, taxas e contribuições	18	137.352	144.387	115.140	123.747
Encargos regulatórios	20	103.140	111.160	91.227	100.052
Obrigações pós-emprego	21	76.371	75.257	76.371	75.257
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	23d	799.947	799.947	799.947	799.947
Salários e encargos sociais		53.887	58.625	52.928	57.655
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	28	109.824	6.130	109.824	6.130
Opções de venda - SAAG	28	663.719	636.292	663.719	636.292
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16b	8.691	9.829	8.050	9.637
Outras obrigações		394.686	326.500	393.339	325.574
TOTAL DO CIRCULANTE		2.932.782	3.179.893	2.818.428	2.939.206
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	4.717.783	5.558.924	4.717.783	5.558.924
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	655.779	678.897	569.374	593.588
Impostos, taxas e contribuições	18	342.836	334.047	332.736	324.730
Encargos regulatórios	20	3.901	2.541	-	-
Obrigações pós-emprego	21	1.241.447	1.231.957	1.241.447	1.231.957
Provisões	22	449.005	438.043	447.638	437.772
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16b	35.548	35.621	34.218	34.289
Outras obrigações		139.217	135.397	28.299	27.358
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		7.585.516	8.415.427	7.371.495	8.208.618
TOTAL DO PASSIVO		10.518.298	11.595.320	10.189.923	11.147.824
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23				
Capital social		4.123.724	4.123.724	4.123.724	4.123.724
Reservas de lucros		2.464.672	2.464.672	2.464.672	2.464.672
Ajustes de avaliação patrimonial		(184.764)	(182.942)	(184.764)	(182.942)
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.350.000	1.350.000	1.350.000	1.350.000
Lucros acumulados		815.336	-	815.336	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.568.968	7.755.454	8.568.968	7.755.454
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.087.266	19.350.774	18.758.891	18.903.278

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>24</b>	<b>2.124.164</b>	<b>1.945.526</b>	<b>1.826.492</b>	<b>1.633.350</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
<b>CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>25</b>				
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(57.935)	(48.920)	(41.241)	(36.551)
Energia elétrica comprada para revenda		(906.797)	(979.386)	(902.789)	(966.427)
		<b>(964.732)</b>	<b>(1.028.306)</b>	<b>(944.030)</b>	<b>(1.002.978)</b>
<b>OUTROS CUSTOS</b>	<b>25</b>				
Pessoal e administradores		(61.665)	(58.775)	(57.569)	(55.054)
Materiais		(2.233)	(3.914)	(1.168)	(1.066)
Serviços de terceiros		(21.278)	(17.032)	(9.380)	(8.184)
Depreciação e amortização		(79.412)	(42.742)	(60.766)	(30.907)
Provisões operacionais, líquidas	25c	(16.385)	(9.363)	(15.287)	(9.360)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	25e	(50.696)	(19.065)	(50.696)	(19.065)
Outros custos operacionais		(3.981)	(4.542)	(2.270)	(1.620)
		<b>(235.650)</b>	<b>(155.433)</b>	<b>(197.136)</b>	<b>(125.256)</b>
<b>CUSTOS TOTAIS</b>		<b>(1.200.382)</b>	<b>(1.183.739)</b>	<b>(1.141.166)</b>	<b>(1.128.234)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>923.782</b>	<b>761.787</b>	<b>685.326</b>	<b>505.116</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Reversões com vendas	25c	1.173	1.112	957	973
Despesas gerais e administrativas		(46.292)	(39.872)	(46.292)	(39.872)
Outras despesas operacionais		(72.075)	(27.623)	(72.168)	(24.556)
		<b>(117.194)</b>	<b>(66.383)</b>	<b>(117.503)</b>	<b>(63.455)</b>
Revisão Tarifária Periódica, líquida		-	5.816	-	5.816
Resultado de equivalência patrimonial	13	56.080	(3.493)	243.449	188.539
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>862.668</b>	<b>697.727</b>	<b>811.272</b>	<b>636.016</b>
Receitas financeiras	26	897.909	22.970	882.358	19.906
Despesas financeiras	26	(601.028)	(1.220.217)	(595.080)	(1.213.828)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>1.159.549</b>	<b>(499.520)</b>	<b>1.098.550</b>	<b>(557.906)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(369.268)	(57.463)	(309.250)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	23.233	245.610	24.214	246.533
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>		<b>813.514</b>	<b>(311.373)</b>	<b>813.514</b>	<b>(311.373)</b>
Lucro (prejuízo) básico por ação – R\$	23	0,28	(0,11)	0,28	(0,11)
Lucro (prejuízo) diluído por ação – R\$	23	0,28	(0,12)	0,28	(0,12)

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	813.514	(311.373)	813.514	(311.373)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	813.514	(311.373)	813.514	(311.373)

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	4.000.000	-	2.072.877	(230.706)	-	5.842.171
Prejuízo do período	-	-	-	-	(311.373)	(311.373)
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(2.578)	2.578	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021	4.000.000	-	2.072.877	(233.284)	(308.795)	5.530.798
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	4.123.724	1.350.000	2.464.672	(182.942)	-	7.755.454
Lucro líquido do período	-	-	-	-	813.514	813.514
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(1.822)	1.822	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022	4.123.724	1.350.000	2.464.672	(184.764)	815.336	8.568.968

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo) do período		813.514	(311.373)	813.514	(311.373)
Ajustes por:					
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:					
Depreciação e amortização	25	81.877	47.875	63.358	33.194
Baixas de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível		54	1.514	6	1.514
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	11 e 12	(337.836)	(272.988)	(196.053)	(148.428)
Equivalência patrimonial	13b	(56.080)	3.493	(243.449)	(188.539)
Juros e variações monetárias		129.016	266.363	128.995	263.059
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	19	(842.700)	750.900	(842.700)	750.900
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP	12	-	(6.036)	-	(6.036)
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	19	605	3.051	605	3.051
Imposto de renda e contribuição social diferidos	09c	(23.233)	(245.610)	(24.214)	(246.533)
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS		(575)	(976)	-	(904)
Provisões para perdas operacionais, líquidas	25b	15.212	8.251	14.330	8.387
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	28	456.647	187.348	456.647	187.348
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	28	27.427	(13.167)	27.427	(13.167)
Obrigações pós-emprego	21	35.408	26.851	35.408	26.851
Outros		(10.738)	(6.148)	(10.738)	(5.832)
		288.598	439.348	223.136	353.492
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores e revendedores		(190.118)	97.635	(183.649)	108.350
Tributos compensáveis		1.153	353.906	2.605	352.184
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(241.443)	(134.497)	(81.014)	(3.025)
Concessionários e transporte de energia		20.051	(61)	20.289	(405)
Depósitos vinculados a litígios		(36.434)	(507)	(39.319)	(434)
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato	11 e 12	153.935	215.925	74.567	148.704
Outros		(17.303)	14.196	(10.651)	(4.061)
		(310.159)	546.597	(217.172)	601.313
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		(17.252)	(86.179)	8.804	(29.473)
Impostos, taxas e contribuições		(8.851)	(272.534)	(11.207)	(273.061)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		369.268	57.463	309.250	-
Salários e contribuições sociais		(4.738)	(3.812)	(4.727)	(3.785)
Encargos regulatórios		(6.660)	(8.726)	(8.825)	(8.339)
Obrigações pós-emprego	21	(24.804)	(22.342)	(24.804)	(22.342)
Outros		56.756	(9.973)	53.343	(8.856)
		363.719	(346.103)	321.834	(345.856)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		342.158	639.842	327.798	608.949
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.613)	(1.659)	-	-
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(25.390)	(45.801)	(25.390)	(45.573)
Juros pagos de arrendamentos	16	(57)	(54)	(53)	(50)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		314.098	592.328	302.355	563.326
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes em investimentos	13b	-	-	-	(250)
Imobilizado	14	(12.180)	(27.791)	(9.139)	(20.700)
Intangível	15	(440)	(2.552)	(440)	(2.552)
Títulos e valores mobiliários		330.504	264.974	289.322	299.704
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		317.884	234.631	279.743	276.202
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(409.512)	(657.646)	(409.512)	(648.780)
Pagamentos de arrendamentos	16	(3.071)	(2.890)	(2.881)	(2.685)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(412.583)	(660.536)	(412.393)	(651.465)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	123.071	384.397	86.064	290.995
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO		342.470	550.820	255.769	479.058

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

### PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Mar/2022		Jan a Mar/2021		Jan a Mar/2022		Jan a Mar/2021	
<b>RECEITAS</b>								
Venda de energia e serviços	2.228.391		2.121.937		2.021.930		1.882.984	
Receita de construção	68.395		22.451		68.395		22.451	
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	188.542		145.042		178.354		145.042	
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	131.595		124.560		-		-	
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	-		6.036		-		6.036	
Investimentos em imobilizado	23.819		22.473		23.819		22.473	
Ajuste para perdas em créditos de liquidação duvidosa	1.173		1.112		957		973	
Outras receitas, líquidas	-		17		-		17	
	<b>2.641.915</b>		<b>2.443.628</b>		<b>2.293.455</b>		<b>2.079.976</b>	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>								
Energia elétrica comprada para revenda	(998.460)		(1.076.675)		(994.152)		(1.062.727)	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(63.103)		(53.484)		(45.414)		(40.225)	
Serviços de terceiros	(62.842)		(59.017)		(50.938)		(50.167)	
Materiais	(57.878)		(18.764)		(56.813)		(15.916)	
Concessão onerosa	(959)		(792)		(957)		(789)	
Outros custos operacionais	(45.927)		(8.875)		(44.388)		(6.346)	
	<b>(1.229.169)</b>		<b>(1.217.607)</b>		<b>(1.192.662)</b>		<b>(1.176.170)</b>	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>1.412.746</b>		<b>1.226.021</b>		<b>1.100.793</b>		<b>903.806</b>	
<b>RETENÇÕES</b>								
Depreciação e amortização	(81.877)		(47.875)		(63.358)		(33.194)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>1.330.869</b>		<b>1.178.146</b>		<b>1.037.435</b>		<b>870.612</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>								
Resultado de equivalência patrimonial	56.080		(3.493)		243.449		188.539	
Receitas financeiras	897.909		22.970		882.358		19.906	
	<b>953.989</b>		<b>19.477</b>		<b>1.125.807</b>		<b>208.445</b>	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>2.284.858</b>		<b>1.197.623</b>		<b>2.163.242</b>		<b>1.079.057</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>								
		%		%		%		%
<b>Empregados</b>	<b>113.452</b>	<b>4,96</b>	<b>97.744</b>	<b>8,17</b>	<b>109.438</b>	<b>5,06</b>	<b>94.122</b>	<b>8,72</b>
Remuneração direta	66.772	2,92	62.960	5,26	62.943	2,91	59.504	5,51
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	42.314	1,85	30.972	2,59	42.166	1,95	30.844	2,86
FGTS	4.366	0,19	3.812	0,32	4.329	0,20	3.774	0,35
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>755.406</b>	<b>33,08</b>	<b>190.334</b>	<b>15,89</b>	<b>644.841</b>	<b>29,80</b>	<b>82.159</b>	<b>7,63</b>
Federais	582.444	25,51	25.773	2,15	489.003	22,59	(65.645)	(6,08)
Estaduais	171.259	7,50	163.806	13,68	154.190	7,13	147.363	13,67
Municipais	1.703	0,07	755	0,06	1.648	0,08	441	0,04
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>602.486</b>	<b>26,36</b>	<b>1.220.918</b>	<b>101,94</b>	<b>595.449</b>	<b>27,53</b>	<b>1.214.149</b>	<b>112,51</b>
Juros	601.028	26,30	1.220.217	101,88	595.080	27,51	1.213.828	112,48
Aluguéis	1.458	0,06	701	0,06	369	0,02	321	0,03
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>813.514</b>	<b>35,60</b>	<b>(311.373)</b>	<b>(26,00)</b>	<b>813.514</b>	<b>37,61</b>	<b>(311.373)</b>	<b>(28,86)</b>
Lucros (prejuízos) retidos	813.514	35,60	(311.373)	(26,00)	813.514	37,61	(311.373)	(28,86)
	<b>2.284.858</b>	<b>100,00</b>	<b>1.197.623</b>	<b>100,00</b>	<b>2.163.242</b>	<b>100,00</b>	<b>1.079.057</b>	<b>100,00</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

##### a) A Companhia

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social. No terceiro trimestre de 2021, iniciou-se o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da Cemig GT para a sua controladora Cemig, mantendo sua estratégia corporativa.

A Companhia possui participação em 67 usinas, sendo 60 hidrelétricas, 6 eólicas e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.749 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes). A Renova, cuja participação societária detida pela Companhia foi classificada como ativo mantido para venda em 2021, é titular de 3 pequenas centrais hidrelétricas, representando 5,7 MW do total de capacidade instalada da Cemig GT.

A Companhia possui participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto e coligadas, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica, conforme descrito na nota explicativa nº 13.



Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## **b) Covid-19**

### Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações, exigindo o desenvolvimento de medidas para enfrentamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia.

Em linha com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, visando contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, com retorno gradual até janeiro de 2022, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas, com adoção de uma série de medidas de contribuição para a sociedade, divulgadas em maiores detalhes em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

### Impacto nas informações contábeis intermediárias

Desde março de 2020, a Companhia está acompanhando os impactos da pandemia do Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, com a implementação de uma série de medidas para preservar a saúde de seus empregados e apoiar na prevenção do novo Coronavírus em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença.

No cenário desafiador causado pela pandemia, a Cemig tem mostrado resiliência e sustentabilidade das suas operações, viabilizando o fornecimento de energia com qualidade para a sociedade, garantindo o atendimento sem interrupção aos hospitais e demais serviços públicos.

Por ser uma empresa integrada, com diversificação de negócios nos setores de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia, a Cemig mantém sua solidez, com estabilidade nos resultados financeiros e redução de riscos no enfrentamento de cenários adversos.

Em 31 de março de 2022, a partir da observação dos efeitos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, sendo os principais impactos descritos a seguir:

- A Companhia avaliou se a maior pressão nas taxas de câmbio combinada à ausência de liquidez no mercado financeiro terá impacto negativo na dívida e no instrumento financeiro derivativo contratado para proteger as suas operações dos riscos advindos da variação da moeda estrangeira. Diante das condições de mercado atuais, a exposição à variação cambial do principal da dívida e a variação no valor justo do instrumento derivativo, que considera projeções futuras de taxa cambial e juros, bem como as liquidações semestrais do “swap”, gerou uma receita financeira líquida de R\$386 milhões no primeiro trimestre de 2022. As projeções de longo prazo indicam uma manutenção do dólar em relação à cotação atual;
- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia implementou negociações com seus consumidores, o que permitiu que o impacto da retração econômica sobre a inadimplência dos grandes consumidores livres não fosse relevante;
- As premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor recuperável de seus investimentos relevantes em controladas, controladas em conjunto e coligadas não foram influenciadas significativamente pela pandemia Covid-19, uma vez que os fluxos de caixa destas investidas são majoritariamente advindos da exploração econômica de longo prazo de direitos de operação comercial de atividade regulada. Portanto, não foram registrados ajustes para redução ao valor recuperável das suas investidas controladas, coligadas e controladas em conjunto, em razão do atual cenário econômico;
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos;
- A Companhia avaliou o comportamento das taxas de juros e de desconto que são base para o cálculo das Obrigações Pós-Emprego, e entendeu que estas não são afetadas de forma relevante por questões conjunturais de curto e médio prazos, uma vez que as principais premissas utilizadas são de longo prazo; e
- A Administração da Companhia efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº 28.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas informações contábeis intermediárias foram baseados nas melhores estimativas da Companhia e não se espera impactos significativos da pandemia no longo prazo.

### **c) Impactos da guerra na Ucrânia**

Desde a invasão russa à Ucrânia, em 24 de fevereiro de 2022, o mercado global está operando em um cenário de incertezas econômicas em razão dos desdobramentos deste grave conflito militar na Europa. Nesse contexto, as sações econômicas à Rússia e certos cidadãos e organizações russas, bem como à Bielorrússia, podem causar um efeito negativo na economia global cujos impactos são altamente incertos e imprevisíveis.

Como resultado, muitas entidades que atuam fora da região diretamente impactada podem sofrer seus efeitos adversos, tais como alta dos preços de commodities como petróleo, gás natural e grãos, ou pela potencial redução na atividade econômica global. A ocorrência de perturbação em larga escala dos negócios também podem resultar em redução de liquidez para algumas entidades, reduzindo a qualidade dos créditos na cadeia de suprimentos.

No 1º trimestre de 2022, a Companhia e suas subsidiárias não apuraram impactos decorrentes deste conflito em suas informações financeiras trimestrais, uma vez que não são diretamente envolvidas na região e, conseqüentemente, sua exposição à Rússia e à Ucrânia é limitada. Considerando as incertezas em torno dos impactos da guerra na Ucrânia na economia global, não foi possível estimar a extensão de seus efeitos nos negócios da Companhia e de suas subsidiárias, mas, não havendo agravamento do conflito, não se espera prejuízos na sua capacidade operacional, financeira e de investimentos.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1 Declaração de Conformidade**

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com o International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2022.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 13 de maio de 2022.

## 2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2021	31/03/2022	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	3	Princípios da consolidação
4	4	Das concessões e autorizações
5	29	Segmentos operacionais
6	5	Caixa e equivalentes de caixa
7	6	Títulos e valores mobiliários
8	7	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
9	8	Tributos compensáveis
10	9	Imposto de renda e contribuição social
11	10	Depósitos vinculados a litígios
12	11	Ativos financeiros da concessão
13	12	Ativos de contrato
14	13	Investimentos
15	14	Imobilizado
16	15	Intangíveis
17	16	Operações de arrendamento mercantil
18	17	Fornecedores
19	18	Impostos, taxas e contribuições
22	19	Empréstimos, financiamentos e debêntures
21	20	Encargos regulatórios
22	21	Obrigações pós-emprego
23	22	Provisões
24	23	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
25	24	Receitas
26	25	Custos e despesas operacionais
27	26	Receitas e despesas financeiras
28	27	Transações com partes relacionadas
29	28	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
30	30	Ativo classificado como mantido para venda
33	31	Comissão Parlamentar de Inquérito
-	32	Eventos subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
31	Seguros
32	Obrigações contratuais

### 3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e a sua participação direta é como segue:

Sociedades controladas	31/12/2021 e 31/03/2022	
	Forma de avaliação	Participação direta (%)
Cemig Baguari Energia S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Três Marias S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação	100
Sá Carvalho S.A.	Consolidação	100
Horizontes Energia S.A.	Consolidação	100
Rosal Energia S.A.	Consolidação	100
Cemig PCH S.A.	Consolidação	100
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	Consolidação	100
Cemig Trading S.A.	Consolidação	100
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	Consolidação	100
Central Eólica Volta do Rio S.A.	Consolidação	100
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Consolidação	100

## 4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
<b>GERAÇÃO</b>			
<b>Usinas hidrelétricas</b>			
Emborcação (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Poço Fundo (1) (6)	Cemig Geração Poço Fundo	01/2021	08/2045
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)			07/2025
Salto Voltão (1)			10/2030
Salto Paraopeba (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Três Marias (3)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (3)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (3)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (3)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (3)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (3)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (3)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
<b>Usinas Eólicas</b>			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (4)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (4)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
<b>TRANSMISSÃO</b>			
Rede Básica (5)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (5)	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta (5)	Centroeste	004/2005	03/2035

\* Os contratos de concessão elegíveis à extensão da outorga em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) aguardam chamado da Aneel para assinatura do aditivo e, as usinas elegíveis que possuem outorga por meio de resolução autorizativa, aguardam a reformulação desses atos para constar as novas datas. Mais detalhes na nota explicativa nº 15.

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").
- Em 17 de julho de 2020, a Companhia protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, a decisão ocorrerá após a divulgação pelo Ministério de Minas e Energia - MME e pela Aneel das condições para a prorrogação, as quais deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Proinfa. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração, que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
- A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo. S.A. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Contas bancárias	1.352	5.917	323	3.772
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	142.957	70.251	142.873	50.846
Overnight (2)	195.743	44.789	110.329	29.334
Outros	2.418	2.114	2.244	2.112
	<b>341.118</b>	<b>117.154</b>	<b>255.446</b>	<b>82.292</b>
	<b>342.470</b>	<b>123.071</b>	<b>255.769</b>	<b>86.064</b>

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 90,00% a 107,00% em 31 de março de 2022 (90,00% a 106,60% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que varia de 11,41% a.a a 11,64% a.a. em 31 de março de 2022 (8,87% a.a. a 9,14% em 31 de dezembro de 2021) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	10.526	55.290	5.933	36.211
Letras financeiras (LF's) – Bancos (2)	501.214	779.375	282.506	510.436
Letras financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	146.275	98.108	82.447	64.254
Debêntures (4)	15.430	10.975	8.697	7.188
Outros	1.952	41	1.953	41
	<b>675.397</b>	<b>943.789</b>	<b>381.536</b>	<b>618.130</b>
<b>Não circulante</b>				
Letras financeiras (LFs) – Bancos (2)	125.893	191.430	70.959	125.373
Debêntures (4)	6.105	2.680	3.441	1.755
	<b>131.998</b>	<b>194.110</b>	<b>74.400</b>	<b>127.128</b>
	<b>807.395</b>	<b>1.137.899</b>	<b>455.936</b>	<b>745.258</b>

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi de 103,00% do CDI em 31 de março de 2022 (107,24% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 105,58% a 130,00% do CDI em 31 de março de 2022 (105,00% a 130,00% em 31 de dezembro de 2021).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 11,64% a 11,99% a.a. em 31 de março de 2022 (9,12% a 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1,00% a 114,28% do CDI em 31 de março de 2022 (TR + 1,00% a 109,00% do CDI e 31 de dezembro de 2021).

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 27 e 28, respectivamente.

## 7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a vencer		Vencidos			Consolidado	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	31/03/2022	31/12/2021
Industrial	16.888	366.510	39.884	7.871	31.765	462.918	330.582
Comércio, serviços e outras	11.641	78.335	25.997	5.311	4.607	125.891	96.663
Suprimento a outras concessionárias	64.943	207.783	23.098	15	1.709	297.548	242.026
Concessionários – transp. de energia	2.342	83.822	1.802	362	4.945	93.273	113.324
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	-	8.954	9.338	-	-	18.292	43.379
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(377)	(11.833)	(16.500)	(28.710)	(28.002)
	<b>95.814</b>	<b>745.404</b>	<b>99.742</b>	<b>1.726</b>	<b>26.526</b>	<b>969.212</b>	<b>797.972</b>
<b>Ativo circulante</b>						<b>966.864</b>	<b>794.579</b>
Consumidores e revendedores						873.591	681.255
Concessionários – Transp. energia						93.273	113.324
<b>Ativo não circulante</b>						<b>2.348</b>	<b>3.393</b>
Consumidores e revendedores						2.348	3.393

	Saldos a vencer		Vencidos			Controladora	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	31/03/2022	31/12/2021
Industrial	717	335.757	35.627	6.979	25.621	404.701	281.119
Comércio, serviços e outras	11.641	78.335	25.997	5.311	4.607	125.891	96.663
Suprimento a outras concessionárias	52.358	133.873	19.091	-	1.708	207.030	140.802
Concessionários – transp. de energia	2.349	81.617	1.802	162	4.945	90.875	111.164
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	-	-	7.779	-	-	7.779	41.286
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(377)	(11.833)	(13.291)	(25.501)	(24.576)
	<b>67.065</b>	<b>629.582</b>	<b>89.919</b>	<b>619</b>	<b>23.590</b>	<b>810.775</b>	<b>646.458</b>
<b>Ativo circulante</b>						<b>810.260</b>	<b>645.743</b>
Consumidores e revendedores						719.385	534.579
Concessionários – Transp. energia						90.875	111.164
<b>Ativo não circulante</b>						<b>515</b>	<b>715</b>
Consumidores e revendedores						515	715

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 28.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação no período é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	28.002	24.576
Constituição de provisão, líquida (nota 25c)	(1.173)	(957)
Baixa	1.881	1.882
Saldo em 31 de março de 2022	<b>28.710</b>	<b>25.501</b>



## 8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
ICMS a recuperar	7.354	6.419	5.531	5.513
Cofins (a) (b)	2.803	5.975	247	3.510
PIS/Pasep (a) (b)	588	1.526	35	947
INSS	17.870	17.145	17.870	17.145
Outros	809	809	804	806
	<b>29.424</b>	<b>31.874</b>	<b>24.487</b>	<b>27.921</b>
<b>Não circulante</b>				
ICMS a recuperar (b)	29.380	28.551	28.443	27.614
Cofins (a)	36.122	35.265	-	-
PIS/Pasep (a)	7.916	7.730	-	-
	<b>73.418</b>	<b>71.546</b>	<b>28.443</b>	<b>27.614</b>
	<b>102.842</b>	<b>103.420</b>	<b>52.930</b>	<b>55.535</b>

### a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de esta excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Assim, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Adicionalmente, transitaram em julgado com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho S.A., Cemig Geração Poço Fundo S.A. (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia S.A..

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgada em 2019 em favor da Companhia, que efetuou, no período de maio de 2020 a setembro de 2021 a compensação mensal dos saldos a receber com os valores a pagar. Em 2021, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no montante de R\$310.792 (R\$328.750 em 2020).

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, para que a produção de efeitos se dê após 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, na questão relativa ao ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado, conforme critério de registro adotado pela Companhia para as ações que transitaram em julgado.

Tendo em vista a decisão do STF sobre a modulação dos efeitos da decisão, as subsidiárias integrais do Lote D, reconheceram, em 2021, os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R\$8.935.

O valor dos créditos das controladas está registrado no ativo não circulante considerando que ainda não foram habilitados junto à Receita Federal.

#### b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas informações contábeis intermediárias.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no período corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda	311.270	503.437	310.134	501.836
Contribuição social	112.520	149.078	112.153	148.687
	<b>423.790</b>	<b>652.515</b>	<b>422.287</b>	<b>650.523</b>

Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal – STF decidiu, por unanimidade, pela inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à atualização pela taxa Selic em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de abril de 2022, o STF finalizou o julgamento dos Embargos de Declaração decidindo pela modulação de efeitos a partir de 30 de setembro de 2021, ressalvadas as ações ajuizadas até 17 de setembro de 2021 (data do início do julgamento do mérito). A Companhia e suas controladas não ajuizaram ações relativas a esse tema, assim não se beneficiarão retroativamente da decisão tomada pela corte.

## b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda	39.667	116.340
Contribuição social	14.264	41.104
	<b>53.931</b>	<b>157.444</b>

## c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	82.085	218.104	82.085	218.104
Obrigações pós-emprego	420.753	414.995	420.753	414.995
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	9.238	8.924	8.670	8.356
Provisões para contingências	123.169	120.289	123.165	120.234
Provisão put SAAG	225.664	216.339	225.664	216.339
Provisão para perdas em investimentos	240.294	244.132	240.294	244.132
Outras provisões	48.657	48.923	48.657	48.923
Concessão onerosa	11.704	11.274	11.704	11.274
Outros	24.792	21.369	18.473	15.190
	<b>1.186.356</b>	<b>1.304.349</b>	<b>1.179.465</b>	<b>1.297.547</b>
<b>PASSIVO</b>				
Valor justo como custo atribuído na adoção das IFRS	(217.875)	(219.067)	(200.939)	(201.878)
Atualização ativo de contrato	(921.821)	(895.223)	(918.139)	(891.654)
Valor justo de participações societárias	(127.490)	(129.641)	(127.490)	(129.641)
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	(257.176)	(412.436)	(257.176)	(412.436)
Ressarcimento de custos - GSF	(307.915)	(319.210)	(243.678)	(253.901)
Outros	(9.858)	(7.669)	(1.417)	(1.625)
	<b>(1.842.135)</b>	<b>(1.983.246)</b>	<b>(1.748.839)</b>	<b>(1.891.135)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(655.779)</b>	<b>(678.897)</b>	<b>(569.374)</b>	<b>(593.588)</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>(655.779)</b>	<b>(678.897)</b>	<b>(569.374)</b>	<b>(593.588)</b>

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(678.897)	(593.588)
Efeitos alocados ao resultado	23.233	24.214
Outros	(115)	-
Saldo em 31 de março de 2022	(655.779)	(569.374)

#### d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.159.549	(499.520)	1.098.550	(557.906)
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	(394.247)	169.837	(373.507)	189.688
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Incentivos fiscais	8.125	4	8.121	-
Resultado de equivalência patrimonial	16.219	(4.746)	80.803	62.133
Multas indedutíveis	(425)	(83)	(425)	(83)
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	24.221	28.248	-	-
Outros	72	(5.113)	(28)	(5.205)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(346.035)	188.147	(285.036)	246.533
Imposto de renda e contribuição social corrente	(369.268)	(57.463)	(309.250)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	23.233	245.610	24.214	246.533
	(346.035)	188.147	(285.036)	246.533
Alíquota efetiva	29,84%	(37,67%)	25,95%	(44,19%)

## 10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
<b>Trabalhistas</b>	24.049	24.153	23.408	23.502
<b>Fiscais</b>				
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	17.941	17.760	16.625	16.444
PIS/Pasep e Cofins (1)	3.435	6.343	-	-
IR/INSS - Indenização do anuênio (2)	69.048	68.399	69.048	68.399
IPTU	13.564	13.272	13.562	13.270
CSLL (3)	18.062	18.062	18.062	18.062
Outros	5.114	4.615	4.436	4.010
	127.164	128.451	121.733	120.185
<b>Outros</b>				
Bloqueio judicial	3.076	929	3.044	896
Regulatórios	3.344	3.279	3.344	3.279
Administrativo (4)	40.057	-	40.057	-
Outros	2.813	5.008	2.702	4.897
	49.290	9.216	49.147	9.072
	200.503	161.820	194.288	152.759

- Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.
- Ver mais detalhes na nota explicativa nº 22 – Provisões (Indenização do anuênio).
- Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.
- Inclui montante de R\$37.785 referente ao depósito judicial relacionado ao processo de Quebra de Contrato - Prestação de Serviços de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros. Mais detalhes na nota explicativa nº 22 – Provisões (Outros processos).

## 11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Geração - Indenização a receber (11.1)	816.202	816.202	816.202	816.202
Geração - Bonificação pela outorga (11.2)	2.850.965	2.792.201	-	-
	<b>3.667.167</b>	<b>3.608.403</b>	<b>816.202</b>	<b>816.202</b>
<b>Circulante</b>	<b>291.879</b>	<b>283.233</b>	-	-
<b>Não circulante</b>	<b>3.375.288</b>	<b>3.325.170</b>	<b>816.202</b>	<b>816.202</b>

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.608.403	816.202
Atualização financeira	131.595	-
Recebimentos	(72.831)	-
Saldo em 31 de março de 2022	<b>3.667.167</b>	<b>816.202</b>

### 11.1 Geração - Indenização a receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R\$816.202 em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído
<b>Lote D</b>				
UHE Três Marias	jul/15	396,00	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102,00	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52,00	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46,00	7.818	23.095
PCH Piauí	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14,00	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,40	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,50	1.908	12.323
PCH Joásal	jul/15	8,40	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,70	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,20	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4,00	616	4.265
<b>Outras</b>				
UHE Volta Grande	fev/17	380,00	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408,00	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424,00	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710,00	1.762	2.711
		<b>3.601,70</b>	<b>203.545</b>	<b>816.202</b>

Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia não espera perdas na realização desses ativos.

Em 31 de março de 2022, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguara, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

De acordo com a Resolução Normativa nº 942, as concessionárias deverão comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis, por meio de relatório de avaliação, até 12 de julho de 2022, podendo este prazo ser prorrogado pela Aneel por igual período. Conforme determinação do regulador, o relatório de avaliação deverá ser elaborado por uma empresa credenciada junto à Aneel, a ser contratada pela concessionária. Adicionalmente, as concessionárias deveriam manifestar interesse no recebimento do valor complementar até 20 de agosto de 2021, sendo este requisito cumprido pela Companhia dentro do prazo estipulado.

O anexo I da referida Resolução detalha a metodologia e os critérios gerais para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, o qual terá como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

A Companhia está avaliando os efeitos da referida resolução e não espera perdas em seu ativo financeiro em razão da aplicação das alterações introduzidas.

Em 09 de agosto de 2021 a Companhia manifestou seu interesse no recebimento do valor complementar relativo às parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados e não indenizados.

A Companhia contratou a empresa avaliadora credenciada na Aneel e espera atender aos requisitos da Resolução Normativa nº 942, comprovando a realização dos respectivos investimentos vinculados aos bens reversíveis, por meio de relatório de avaliação, no prazo estabelecido.

### **11.2 Geração - Bonificação pela outorga**

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Companhia, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2021	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/03/2022
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.583.720	71.997	(39.132)	1.616.585
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	497.154	22.673	(12.341)	507.486
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	187.004	9.274	(5.246)	191.032
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	140.201	6.920	(3.905)	143.216
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	183.635	9.517	(5.495)	187.657
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	125.187	6.983	(4.173)	127.997
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	75.300	4.231	(2.539)	76.992
		<b>2.792.201</b>	<b>131.595</b>	<b>(72.831)</b>	<b>2.850.965</b>

A energia das usinas está sendo comercializada, desde janeiro de 2017, na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

## 12. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15 / CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de construção, operação e manutenção, são classificados como ativos de contrato e apresentam os seguintes saldos em 31 de março de 2022:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Transmissão – Rede Básica - Lei 12.783/13	2.020.331	2.011.576	2.020.331	2.011.576
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	2.381.788	2.265.406	2.262.255	2.149.524
	<b>4.402.119</b>	<b>4.276.982</b>	<b>4.282.586</b>	<b>4.161.100</b>
<b>Circulante</b>	<b>630.635</b>	<b>592.337</b>	<b>602.290</b>	<b>565.659</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.771.484</b>	<b>3.684.645</b>	<b>3.680.296</b>	<b>3.595.441</b>

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.276.982	4.161.100
Adições	68.395	68.395
Atualização financeira	188.542	178.354
Recebimentos	(131.800)	(125.263)
Saldo em 31 de março de 2022	<b>4.402.119</b>	<b>4.282.586</b>

Os valores a receber da Companhia são decorrentes dos Contratos de Concessão nº 006/97, nº 079/00 e nº 004/05, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
Contrato de Concessão - 079/00 (a)	44.948	38.782	44.948	38.782
Contrato de Concessão - 006/97 (b)				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	337.162	317.692	337.162	317.692
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	220.180	209.185	220.180	209.185
Contrato de Concessão - 004/05 (c)	28.345	26.678	-	-
	<b>630.635</b>	<b>592.337</b>	<b>602.290</b>	<b>565.659</b>
<b>Não circulante</b>				
Contrato de Concessão - 079/00 (a)	154.850	151.858	154.850	151.858
Contrato de Concessão - 006/97 (b)				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	1.683.169	1.693.884	1.683.169	1.693.884
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	1.842.277	1.749.699	1.842.277	1.749.699
Contrato de Concessão - 004/05 (c)	91.188	89.204	-	-
	<b>3.771.484</b>	<b>3.684.645</b>	<b>3.680.296</b>	<b>3.595.441</b>
	<b>4.402.119</b>	<b>4.276.982</b>	<b>4.282.586</b>	<b>4.161.100</b>

#### a) Contrato de Concessão nº 006/97

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente, vigente até 31 de dezembro de 2042.

O contrato foi renovado em 04 de dezembro de 2012, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2013, em função da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, com previsão de indenização dos ativos não depreciados em 31 de dezembro de 2012.

Em 22 de abril de 2021, a Resolução nº 2.852 alterou o reposicionamento da RAP determinado pela Resolução nº 2.712/2020, retroativamente a 1º de julho de 2018, bem como a parcela de ajuste de Revisão, com efeitos financeiros no reajuste da RAP do ciclo 2021-2022, a vigorar de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP ocorrerá em junho de 2023, com vigência a partir de 1º de julho de 2023. O índice utilizado para corrigir o contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

#### *Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório*

Em 2017, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, a Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e a Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico obtiveram tutela antecipada no processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas da correção pelo custo de capital próprio real das parcelas não pagas entre 2013 e 2017 dos ativos da “Rede Básica”, devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.



Em 2020 as liminares foram cassadas e a Aneel homologou, de forma precária e provisória, a inclusão da remuneração pelo custo de capital próprio real atualizado apenas pelo IPCA do período entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020.

Em 06 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.852, que alterou a Resolução Homologatória nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente.

Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo “reperfilamento” desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

O fluxo considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano. Esse componente financeiro da receita não deve ser objeto da revisão periódica de 2023, a fim de promover a estabilidade regulatória e a mitigação do risco setorial.

#### **b) Contrato de Concessão nº 079/00**

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 30 de março de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.839 alterou os valores da RAP e das parcelas de ajuste para este contrato, gerando um ajuste positivo de R\$3.708 no ativo de contrato.

Estes novos valores irão compor a nova RAP a partir do reajuste do ciclo 2021-2022, sendo a Parcela de Ajuste referente a retroatividade da RAP paga em 3 prestações nos próximos reajustes da receita.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024.

### **c) Contrato de Concessão nº 004/2005**

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 13 de julho de 2021, a Aneel estabeleceu a RAP para o ciclo 2021-2022 por meio da Resolução Homologatória nº 2.895, que foi alterada pela Resolução Homologatória nº 2.959 em 05 de outubro de 2021, em função dos pedidos de reconsideração interpostos pelas concessionárias de transmissão, inclusive pela Companhia.

Os reflexos financeiros das novas RAP, a partir da comparação destas com as projeções da modelagem financeira do contrato, não foram significativos, considerando que não houve alterações relevantes nas premissas utilizadas.

### 13. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
<b>Controladas em conjunto</b>				
Hidrelétrica Cachoeirão	59.204	59.014	59.204	59.013
Guanhães Energia	162.169	125.172	162.169	125.172
Hidrelétrica Pipoca	48.524	46.722	48.524	46.722
Lightger	52.922	47.787	52.922	47.787
Baguari Energia	160.204	168.429	160.204	168.429
Aliança Norte (usina Belo Monte)	601.339	609.154	601.339	609.154
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	920.938	932.600	920.938	932.600
Aliança Geração	1.291.078	1.140.930	1.291.078	1.140.930
Retiro Baixo	203.950	200.385	203.950	200.385
<b>Controladas</b>				
Cemig Baguari	-	-	83	88
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.609.127	1.652.343
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	522.496	526.776
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	202.057	211.956
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	158.763	165.369
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	222.520	214.845
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	139.610	147.702
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	111.648	105.990
Rosal Energia S.A.	-	-	117.976	114.751
Sá Carvalho S.A.	-	-	124.098	134.209
Horizontes Energia S.A.	-	-	62.545	59.575
Cemig PCH S.A.	-	-	97.071	90.117
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	143.212	144.129
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	8.736	7.734
Cemig Trading S.A.	-	-	1.975	2.158
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	176.810	177.707
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	276.720	273.988
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	116.681	122.079
<b>Total do investimento</b>	<b>3.500.328</b>	<b>3.330.193</b>	<b>7.592.456</b>	<b>7.481.708</b>
Usina Hidrelétrica Itaipara – Passivo a descoberto (1)	(20.838)	(20.767)	(20.838)	(20.767)
Madeira Energia (usina Santo Antônio) - Provisões para perdas (2)	(170.685)	(161.648)	(170.685)	(161.648)
<b>Total</b>	<b>3.308.805</b>	<b>3.147.778</b>	<b>7.400.933</b>	<b>7.299.293</b>

- (1) A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaipara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo e assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de março de 2022 alcançou o montante de R\$20.838 (R\$20.767 em 31 de dezembro de 2021). A perda está apresentada no balanço patrimonial como outras obrigações.
- (2) Foi reconhecida uma perda na extensão das obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de março de 2022 alcançou o montante de R\$170.685 (R\$161.648 em 31 de dezembro de 2021). Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Para o período findo em 31 de março de 2022, a Administração da Companhia analisou se o choque econômico causado pela pandemia do Covid-19 (nota explicativa nº 1.b) poderia trazer indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no IAS 36/ CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Como resultado das análises, a Companhia concluiu que a pandemia trouxe efeitos conjunturais e a expectativa de longo prazo de realização dos ativos não sofreu alteração relevante, não sendo observadas perdas no valor recuperável de seus investimentos. Dessa forma, o valor contábil líquido dos ativos é recuperável e, portanto, até o momento, a Companhia não reconheceu perdas por redução ao valor recuperável de seus investimentos, exceto pelo investimento detido na MESA, conforme divulgado em mais detalhes ao longo dessa nota explicativa.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração, substancialmente, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

#### a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às controladas Parajuru e Volta do Rio, nos montantes de R\$48.087 (R\$49.241 em 31 de dezembro de 2021) e R\$65.511 (R\$67.205 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente, são considerados no balanço individual da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 15.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 31/03/2022
Retiro Baixo	27.796	(347)	27.449
Aliança Geração	301.605	(6.327)	295.278
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	46.660	(493)	46.167
	<b>376.061</b>	<b>(7.167)</b>	<b>368.894</b>

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 31/03/2022
Retiro Baixo	27.796	(347)	27.449
Central Eólica Praias de Parajuru	49.241	(1.154)	48.087
Central Eólica Volta do Rio	67.205	(1.694)	65.511
Aliança Geração	301.605	(6.327)	295.278
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	46.660	(493)	46.167
	<b>492.507</b>	<b>(10.015)</b>	<b>482.492</b>

**b) Movimentação dos investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto:**

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/03/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	59.014	3.722	(3.532)	59.204
Guanhães Energia	125.172	36.997	-	162.169
Hidrelétrica Pipoca	46.722	4.459	(2.657)	48.524
Baguari Energia	168.429	6.535	(14.760)	160.204
Lightger	47.787	5.135	-	52.922
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	932.600	(11.662)	-	920.938
Aliança Norte (usina Belo Monte)	609.154	(7.815)	-	601.339
Aliança Geração	1.140.930	24.252	125.896	1.291.078
Retiro Baixo	200.385	3.565	-	203.950
<b>Total do investimento</b>	<b>3.330.193</b>	<b>65.188</b>	<b>104.947</b>	<b>3.500.328</b>
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	(20.767)	(71)	-	(20.838)
Madeira Energia - Provisão para perdas (1)	(161.648)	(9.037)	-	(170.685)
<b>Total</b>	<b>3.147.778</b>	<b>56.080</b>	<b>104.947</b>	<b>3.308.805</b>

- (1) Em dezembro de 2021, a Companhia reduziu a zero o saldo do investimento detido na Madeira Energia S.A. e reconheceu um passivo correspondente a sua participação nesta investida, em função das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAESA é parte. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/03/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	59.013	3.723	(3.532)	59.204
Guanhães Energia	125.172	36.997	-	162.169
Hidrelétrica Pipoca	46.722	4.459	(2.657)	48.524
Baguari Energia	168.429	6.535	(14.760)	160.204
Central Eólica Praias Parajuru	177.707	4.057	(4.954)	176.810
Central Eólica Volta do Rio	273.988	2.732	-	276.720
Lightger	47.787	5.135	-	52.922
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	932.600	(11.662)	-	920.938
Aliança Norte (usina Belo Monte)	609.154	(7.815)	-	601.339
Aliança Geração	1.140.930	24.252	125.896	1.291.078
Retiro Baixo	200.385	3.565	-	203.950
Cemig Baguari	88	(5)	-	83
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.652.343	66.784	(110.000)	1.609.127
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	526.776	21.720	(26.000)	522.496
Cemig Ger. Itutinga S.A.	211.956	11.289	(21.188)	202.057
Cemig Geração Camargos S.A.	165.369	11.683	(18.289)	158.763
Cemig Geração Sul S.A.	214.845	11.675	(4.000)	222.520
Cemig Geração Leste S.A.	147.702	11.239	(19.331)	139.610
Cemig Geração Oeste S.A.	105.990	5.658	-	111.648
Rosal Energia S.A.	114.751	3.225	-	117.976
Sá Carvalho S.A.	134.209	15.710	(25.821)	124.098
Horizontes Energia S.A.	59.575	3.775	(805)	62.545
Cemig PCH S.A.	90.117	6.954	-	97.071
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	144.129	403	(1.320)	143.212
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	7.734	1.002	-	8.736
Cemig Trading S.A.	2.158	296	(479)	1.975
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	122.079	9.171	(14.569)	116.681
<b>Total do Investimento</b>	<b>7.481.708</b>	<b>252.557</b>	<b>(141.809)</b>	<b>7.592.456</b>
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	(20.767)	(71)	-	(20.838)
Madeira Energia - Provisão para perdas (1)	(161.648)	(9.037)	-	(170.685)
<b>Total</b>	<b>7.299.293</b>	<b>243.449</b>	<b>(141.809)</b>	<b>7.400.933</b>

- (1) Em dezembro de 2021, a Companhia reduziu a zero o saldo do investimento detido na Madeira Energia S.A. e reconheceu um passivo correspondente a sua participação nesta investida, em função das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAESA é parte. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de ações	Em 31 de março de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
		Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Coligadas							
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	17,91	10.619.786	(1.109.868)	15,51	10.619.786	1.492.037
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	120.824	49,00	35.000	120.436
Guanhães Energia (3)	548.626.000	49,00	548.626	330.958	49,00	548.626	255.453
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	100.048	49,00	41.360	93.390
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	230.884	69,39	186.573	242.736
Lightger (3)	79.078.937	49,00	79.232	108.006	49,00	79.232	97.525
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.923.360.811	49,00	1.209.043	1.133.003	49,00	1.209.043	1.147.947
Amazônia Energia (Usina Belo Monte)							
(1)	1.322.697.723	74,50	1.322.698	1.235.601	74,50	1.322.698	1.251.811
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.205.626	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	353.710	49,90	225.350	345.868
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	156.259.500	49,00	156.259	(42.526)	49,00	156.259	(42.381)
Controladas							
Cemig Baguari	406.000	100,00	406	83	100,00	406	88
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.609.127	100,00	1.291.423	1.652.343
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	522.496	100,00	405.268	526.776
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	202.057	100,00	151.309	211.956
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	158.763	100,00	113.499	165.369
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	222.520	100,00	148.147	214.845
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	139.610	100,00	100.569	147.702
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	111.648	100,00	60.595	105.990
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	117.976	100,00	46.944	114.751
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	124.098	100,00	36.833	134.209
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	62.545	100,00	39.258	59.575
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	97.071	100,00	45.952	90.117
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (2)	97.161.578	100,00	97.162	143.212	100,00	97.162	144.128
Empresa de Serviços de							
Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	8.736	100,00	486	7.734
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	1.975	100,00	1.000	2.158
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	85.834.843	100,00	85.835	128.723	100,00	85.835	128.466
Central Eólica Volta do Rio S.A.	274.867.441	100,00	274.867	211.209	100,00	274.867	206.783
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	100,00	28.000	116.681	100,00	28.000	122.079

- (1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;
- (2) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.
- (3) Em 09 de dezembro de 2021, a Light informou ao mercado que assinou com a Brasal Energia S.A. o contrato (CCVA) para venda de sua participação societária em Guanhães e Lightger, sujeito às condições precedentes usuais nesse tipo de transação. A Brasal Energia S.A. fará adesão integral ao acordo de acionistas vigente para essas investidas.

### **Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne (veículo por meio do qual a Companhia possui participação na SAAG)**

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão por 35 anos contados a partir da assinatura do contrato de concessão, em 13 de junho de 2008. A UHE Santo Antônio iniciou sua operação comercial com a 1ª unidade geradora, em 2012, e a sua geração plena se deu em dezembro de 2016. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia.

Em 31 de março de 2022, a MESA segue com capital circulante líquido negativo, agravado neste período, principalmente, pelo reconhecimento dos efeitos das arbitragens CAM 115/18 e CCI 21.511/ASM, conforme detalhado no decorrer desta nota explicativa. Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas.

Para equalização da situação de sua estrutura de capital e liquidez, além das medidas informadas nos tópicos abaixo, voltadas para regularização dos efeitos das sentenças arbitrais, a MESA vêm adotando ações direcionadas à redução de custos operacionais, proteção da exposição aos riscos hidrológicos, otimização da estrutura de capital e gestão das operações de energia.

#### *Procedimento arbitral 115/2018 – Madeira Energia S.A*

Em 2018, a SAAG e a Companhia instauraram o Procedimento Arbitral 115/2018, visando desconstituir o aumento de capital aprovado na assembleia geral extraordinária da MESA ocorrida em 28 de agosto de 2018, por meio de capitalização de créditos decorrentes da anulação do aumento de capital realizado em 2014, que havia sido anulado em processo arbitral anterior.

Em 13 de dezembro de 2021, foi divulgada a sentença arbitral anulando o aumento de capital discutido no referido Procedimento Arbitral, assim como em 16 de março de 2022 foi disponibilizada, pela Câmara de Arbitragem do Mercado, decisão em pedidos de esclarecimentos que determinou a devolução de aporte de capital feito pelos acionistas nessa investida.

Como consequência da sentença arbitral, a participação societária direta e indireta da Companhia na MESA, é aumentada de 8,54% para 9,86% e de 6,97% para 8,05%, respectivamente, e sua participação societária consolidada de 15,51% para 17,91%.

A MESA informou que em 29 de abril de 2022, foi notificada pelo acionista Furnas Centrais Elétricas S.A, também parte requerida no procedimento arbitral em questão, de que em 28 de abril de 2022, foi deferido o pedido de tutela de urgência, requerido em medida judicial ajuizada por este acionista, para imediata suspensão dos efeitos da sentença arbitral CAM 115/2018, a fim de que se mantivessem as participações societárias detidas pelos acionistas antes de seus efeitos. De acordo com os assessores jurídicos de MESA, a suspensão mencionada não tem caráter definitivo e mantiveram o prognóstico de perda como provável, motivo pelo qual a investida manteve o provisionamento da redução do capital social em suas informações financeiras trimestrais.

Tendo em vista que o processo em que houve deferimento da tutela de urgência se encontra em fase inicial, a Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende ser remota a reversão dos efeitos dessa sentença arbitral e aguarda o cumprimento da mesma.

*Procedimento Arbitral 21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM) – Santo Antônio Energia S.A.*

Em 31 de janeiro de 2022, foi proferida sentença no âmbito do processo arbitral CCI n.º 21511/ASM/JPA (c. 21673/ASM), que representa a consolidação das discussões entre Santo Antônio Energia S.A. (SAESA), Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA) e outras partes, referentes, em síntese, aos seguintes questionamentos:

- i. Responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual previstos em contrato.
- ii. Responsabilidade da SAE sobre a elevação dos custos incorridos pelo CCSA decorrentes, principalmente, de greves e paralisações ocorridas de 2009 a 2013.

O resultado dessa arbitragem, disponibilizado pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional em 07 de fevereiro de 2022, indica que parte dos pedidos da SAESA foram deferidos, assim como alguns dos pedidos do CCSA e, conforme o caso, de seus consorciados em face da SAESA, tendo, inclusive, o tribunal arbitral declarado inicialmente a ineficácia do instrumento intitulado “Termos e Condições”, que embasava o reconhecimento, pela Companhia, dos “Dispêndios Reembolsáveis”, conforme nota explicativa das demonstrações financeiras da SAESA.

Além da procedência em relação aos pedidos do CCSA, dos quais a SAESA discorda veementemente, já provisionados nas demonstrações financeiras da SAESA sob as rubricas “Cauções em Garantia” (R\$770 milhões) e “Outras Provisões” (R\$492 milhões), foram deferidos outros pleitos com valor adicional estimado em R\$226 milhões a pagar.

De acordo com os contratos de financiamento firmados pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e contratos de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, os valores a que a SAESA eventualmente vier a ser condenada deverão ser pagos conforme procedimentos definidos nos respectivos contratos de financiamentos.



Em 09 de março de 2022, a SAESA protocolou pedido de esclarecimentos acerca de determinados pontos da sentença, inclusive relativos a aspectos pecuniários e entende que somente após apreciação deste pedido e de possíveis esclarecimentos a serem solicitados pelas outras partes envolvidas a sentença se tornará definitiva, apta a produzir efeitos e com a efetiva definição dos valores a serem eventualmente devidos pela SAESA.

Em 11 de abril de 2022, a SAE requereu, por meio de “exceção de pré-executividade”, a extinção de ação judicial de execução parcial de sentença arbitral, movida pelo Grupo Industrial Complexo Rio Madeira (GICOM), parte do CCSA, no valor de R\$645 milhões. Em síntese, o GICOM baseou-se no entendimento de que a sentença proferida no procedimento arbitral CCI 21.511/ASM seria definitiva e exequível. Em 17 de abril de 2022, foi proferida decisão judicial na ação de execução parcial de sentença arbitral recebendo a exceção de pré-executividade apresentada pela SAE e concedendo efeito suspensivo para interromper o prazo para pagamento da dívida executada até que o Tribunal Arbitral aprecie os pedidos de esclarecimentos apresentados no Procedimento Arbitral ou a exceção de pré-executividade seja julgada, o que ocorrer primeiro.

Em 29 de abril de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária da Madeira aprovou o aumento de capital social da MESA em até R\$1.582.551, a ser realizado para fins de integralização na SAE. A Companhia renunciou ao direito de subscrever suas ações e não fará o aporte referente à sua participação.

A SAESA reiterou ainda que o Procedimento Arbitral encontra-se em andamento e segue revestido de confidencialidade.

#### Investimento na Madeira Energia S.A.

Como resultado das sentenças arbitrais mencionadas acima, a Companhia reconheceu, em 31 de dezembro de 2021, a perda no montante de R\$366.850, resultando, assim, na redução a zero do valor do investimento, e constituiu uma provisão referente às obrigações assumidas perante a investida em acordos de suporte e garantias, em conformidade ao CPC 18 – Investimentos em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto, que em 31 de março de 2022, alcançou o montante de R\$170.685.

Esta provisão foi estimada a partir da aplicação do percentual de participação societária direta da Companhia na MESA, atualmente 9,86%, sobre a saída de caixa prevista para fazer jus à dívida decorrente da sentença arbitral. Considerando haver circunstâncias específicas estabelecidas em acordos de acionistas, contrato de compra e venda de ações da SAAG e nas próprias garantias prestadas pela SAAG à SAESA, a Companhia entende que não possui responsabilidade em relação à sua participação indireta na MESA, atualmente 8,05%, uma vez que não assumiu as obrigações contraídas pela SAAG frente à SAESA antes de sua efetiva entrada no negócio, sendo que a outra acionista e antiga detentora de 100% da participação societária (AG Participações) permanece como garantidora de todas as obrigações perante essa investida.

## **Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.**

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de março de 2022, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$26.956 (R\$189.028 em 31 de dezembro de 2021) e ainda despenderá quantias relevantes em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

A Companhia procedeu também com a análise do valor recuperável do seu investimento na NESA, com base no seu valor em uso, em conformidade ao previsto no IAS 36/CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e no IFRS 13/CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, e concluiu que o valor recuperável desse investimento supera o seu valor contábil em 31 de março de 2022.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de março de 2022 é de R\$2.985.000 (R\$2.832.000 em 31 de dezembro de 2021).

### **d) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos**

*Investidas controladas em conjunto:*

*Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento por meio da Amazônia Energia e Aliança Norte*

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além dos efeitos passados das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Companhia por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas informações contábeis intermediárias.

#### *Madeira Energia S.A. (“MESA”)*

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas informações contábeis intermediárias.

#### *Outras investigações*

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Companhia na Guanhães e na MESA.

Adicionalmente, desde 2017, a Renova, investida cuja participação societária detida pela Companhia foi classificada no ativo não circulante mantido para venda em 2021, é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e outras autoridades públicas relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Companhia, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento.

Os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ainda não foram concluídos, mas não são esperados efeitos resultantes dessas investigações que possam impactar significativamente as informações contábeis intermediárias da Companhia, mesmo que eventualmente ainda não tenham sido registrados pela Renova, uma vez que não foram assumidas pela Companhia obrigações contratuais ou construtivas perante a investida.

Considerando o CCVA firmado para alienação do investimento detido na Renova, conforme nota explicativa nº 30, também não são esperados efeitos após a conclusão da transação de venda, considerando que o instrumento de compra e venda de ações não prevê qualquer direito de indenização contra a Companhia em relação a qualquer ato, fato, evento, ação ou omissão ocorrido antes e/ou após a data de sua assinatura, exceto na medida em que constituam uma violação ou inexatidão de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia. No âmbito do contrato, as partes reconheceram expressamente, o caráter de “porteira fechada” da transação.

#### *Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos*

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora Cemig e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Cemig autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação (CEI) cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 08 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação. Portanto, não houve impacto como resultado dessas investigações nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 31 de março de 2022, tampouco em suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

No segundo semestre de 2019, a Companhia assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ), os quais se estenderam até agosto de 2021 e julho de 2022, respectivamente. A Companhia tem atendido às solicitações e pretende continuar contribuindo com a SEC e o DoJ, em conformidade com as eventuais demandas apresentadas.

Em razão da finalização das investigações para as quais a Comissão Especial de Investigação (CEI) foi constituída, com a entrega do relatório final pela consultoria especializada, os órgãos de governança da Companhia decidiram extinguir a referida Comissão. Na hipótese de haver eventuais necessidades futuras, em razão de desdobramentos da matéria, a Comissão poderá ser recomposta.

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia cujo conteúdo compreende eventuais irregularidades no processo licitatório em compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma Comissão de Investigação, com o apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada em 2020 foi concluída e o seu relatório final foi entregue e aprovado pela Comissão de Investigação em 24 de novembro de 2021, não tendo sido identificado nenhum assunto que possa apresentar impacto relevante às informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2022 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores. No entanto, a Companhia aguarda o desfecho das investigações por parte do MPMG e por outras autoridades nacionais e internacionais que estão ainda em andamento.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as informações contábeis intermediárias e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

## 14. IMOBILIZADO

Consolidado	31/03/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>	<b>7.340.879</b>	<b>(5.258.943)</b>	<b>2.081.936</b>	<b>7.328.985</b>	<b>(5.216.046)</b>	<b>2.112.939</b>
Terrenos	246.523	(26.621)	219.902	246.523	(25.822)	220.701
Reservatórios, barragens e adutoras	3.295.716	(2.371.933)	923.783	3.295.828	(2.352.006)	943.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.086.305	(842.269)	244.036	1.085.888	(837.918)	247.970
Máquinas e equipamentos	2.678.831	(1.988.278)	690.553	2.667.242	(1.970.649)	696.593
Veículos	20.602	(19.349)	1.253	20.602	(19.230)	1.372
Móveis e utensílios	12.902	(10.493)	2.409	12.902	(10.421)	2.481
<b>Em curso</b>	<b>305.952</b>	<b>-</b>	<b>305.952</b>	<b>304.586</b>	<b>-</b>	<b>304.586</b>
Ativos em curso	305.952	-	305.952	304.586	-	304.586
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>7.646.831</b>	<b>(5.258.943)</b>	<b>2.387.888</b>	<b>7.633.571</b>	<b>(5.216.046)</b>	<b>2.417.525</b>

Controladora	31/03/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>	<b>6.160.937</b>	<b>(4.640.169)</b>	<b>1.520.768</b>	<b>6.155.957</b>	<b>(4.609.197)</b>	<b>1.546.760</b>
Terrenos	241.900	(26.207)	215.693	241.900	(25.418)	216.482
Reservatórios, barragens e adutoras	3.012.955	(2.222.197)	790.758	3.013.067	(2.204.303)	808.764
Edificações, obras civis e benfeitorias	997.550	(799.442)	198.108	997.133	(795.789)	201.344
Máquinas e equipamentos	1.875.489	(1.562.886)	312.603	1.870.814	(1.554.440)	316.374
Veículos	20.384	(19.131)	1.253	20.384	(19.012)	1.372
Móveis e utensílios	12.659	(10.306)	2.353	12.659	(10.235)	2.424
<b>Em curso</b>	<b>115.435</b>	<b>-</b>	<b>115.435</b>	<b>110.086</b>	<b>-</b>	<b>110.086</b>
Ativos em curso	115.435	-	115.435	110.086	-	110.086
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>6.276.372</b>	<b>(4.640.169)</b>	<b>1.636.203</b>	<b>6.266.043</b>	<b>(4.609.197)</b>	<b>1.656.846</b>

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Reversão de provisão (3)	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2022
<b>Em serviço</b>	<b>2.112.939</b>	-	-	<b>11.596</b>	<b>(54)</b>	<b>(42.545)</b>	<b>2.081.936</b>
Terrenos (1)	220.701	-	-	-	-	(799)	219.902
Reservatórios, barragens e adutoras	943.822	-	-	120	-	(20.159)	923.783
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.970	-	-	418	-	(4.352)	244.036
Máquinas e equipamentos	696.593	-	-	11.058	(54)	(17.044)	690.553
Veículos	1.372	-	-	-	-	(119)	1.253
Móveis e utensílios	2.481	-	-	-	-	(72)	2.409
<b>Em curso</b>	<b>304.586</b>	<b>12.180</b>	<b>782</b>	<b>(11.596)</b>	-	-	<b>305.952</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>2.417.525</b>	<b>12.180</b>	<b>782</b>	<b>-</b>	<b>(54)</b>	<b>(42.545)</b>	<b>2.387.888</b>

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Reversão de provisão (3)	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2022
<b>Em serviço</b>	<b>1.546.760</b>	-	-	<b>4.572</b>	<b>(6)</b>	<b>(30.558)</b>	<b>1.520.768</b>
Terrenos (1)	216.482	-	-	-	-	(789)	215.693
Reservatórios, barragens e adutoras	808.764	-	-	120	-	(18.126)	790.758
Edificações, obras civis e benfeitorias	201.344	-	-	418	-	(3.654)	198.108
Máquinas e equipamentos	316.374	-	-	4.034	(6)	(7.799)	312.603
Veículos	1.372	-	-	-	-	(119)	1.253
Móveis e utensílios	2.424	-	-	-	-	(71)	2.353
<b>Em curso</b>	<b>110.086</b>	<b>9.139</b>	<b>782</b>	<b>(4.572)</b>	-	-	<b>115.435</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>1.656.846</b>	<b>9.139</b>	<b>782</b>	<b>-</b>	<b>(6)</b>	<b>(30.558)</b>	<b>1.636.203</b>

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
- (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.
- (3) Reversão de provisão anteriormente constituída para redução ao valor recuperável de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.

## Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/03/2022	31/12/2021
<b>Em serviço</b>				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.009	220.009
Depreciação acumulada			(128.571)	(126.583)
<b>Total em operação</b>			<b>91.438</b>	<b>93.426</b>
<b>Em curso</b>				
Usina de Queimado	82,50	-	55	43
<b>Total em construção</b>			<b>55</b>	<b>43</b>
<b>Total</b>			<b>91.493</b>	<b>93.469</b>

## 15. INTANGÍVEIS

Consolidado	31/03/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
<b>Em serviço</b>	<b>1.327.246</b>	<b>(263.409)</b>	<b>1.063.837</b>	<b>1.326.989</b>	<b>(226.203)</b>	<b>1.100.786</b>
Servidão	14.692	(4.895)	9.797	14.692	(4.726)	9.966
Concessão onerosa	13.599	(8.647)	4.952	13.599	(8.491)	5.108
Ativos da concessão (1)	202.337	(88.739)	113.598	202.338	(85.892)	116.446
Ativos da concessão - GSF	1.031.810	(99.260)	932.550	1.031.809	(65.744)	966.065
Outros	64.808	(61.868)	2.940	64.551	(61.350)	3.201
<b>Em curso</b>	<b>12.303</b>	<b>-</b>	<b>12.303</b>	<b>12.126</b>	<b>-</b>	<b>12.126</b>
Ativos em formação	12.303	-	12.303	12.126	-	12.126
<b>Intangível líquido</b>	<b>1.339.549</b>	<b>(263.409)</b>	<b>1.076.140</b>	<b>1.339.115</b>	<b>(226.203)</b>	<b>1.112.912</b>

- (1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante líquido de R\$113.598 são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Controladora	31/03/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
<b>Em serviço</b>	<b>893.166</b>	<b>(162.441)</b>	<b>730.725</b>	<b>892.909</b>	<b>(131.617)</b>	<b>761.292</b>
Servidão	11.451	(4.620)	6.831	11.451	(4.481)	6.970
Concessão onerosa	11.720	(7.289)	4.431	11.720	(7.171)	4.549
Ativos da concessão - GSF	805.613	(88.914)	716.699	805.613	(58.845)	746.768
Outros	64.382	(61.618)	2.764	64.125	(61.120)	3.005
<b>Em curso</b>	<b>12.290</b>	<b>-</b>	<b>12.290</b>	<b>12.113</b>	<b>-</b>	<b>12.113</b>
Ativos em formação	12.290	-	12.290	12.113	-	12.113
<b>Intangível líquido</b>	<b>905.456</b>	<b>(162.441)</b>	<b>743.015</b>	<b>905.022</b>	<b>(131.617)</b>	<b>773.405</b>

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 31/03/2022
<b>Em serviço</b>	<b>1.100.786</b>	<b>-</b>	<b>263</b>	<b>(37.212)</b>	<b>1.063.837</b>
Servidão	9.966	-	-	(169)	9.797
Concessão onerosa	5.108	-	-	(156)	4.952
Ativos da concessão	116.446	-	-	(2.848)	113.598
Ativos da concessão - GSF	966.065	-	-	(33.515)	932.550
Outros	3.201	-	263	(524)	2.940
<b>Em curso</b>	<b>12.126</b>	<b>440</b>	<b>(263)</b>	<b>-</b>	<b>12.303</b>
Ativos em formação	12.126	440	(263)	-	12.303
<b>Total</b>	<b>1.112.912</b>	<b>440</b>	<b>-</b>	<b>(37.212)</b>	<b>1.076.140</b>

- (1) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.



Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 31/03/2022
<b>Em serviço</b>	<b>761.292</b>	-	<b>263</b>	<b>(30.830)</b>	<b>730.725</b>
Servidão	6.970	-	-	(139)	6.831
Concessão onerosa	4.549	-	-	(118)	4.431
Ativos da concessão - GSF	746.768	-	-	(30.069)	716.699
Outros	3.005	-	263	(504)	2.764
<b>Em curso</b>	<b>12.113</b>	<b>440</b>	<b>(263)</b>	-	<b>12.290</b>
Ativos em formação	12.113	440	(263)	-	12.290
<b>Total</b>	<b>773.405</b>	<b>440</b>	-	<b>(30.830)</b>	<b>743.015</b>

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, descontados a valor presente pelo custo de capital ponderado (WACC) definido pela Companhia para a atividade de geração eólica, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

### Repactuação do risco hidrológico – Generation Scaling Factor - GSF

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação será realizada mediante extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo todas as usinas da Companhia que se enquadram na repactuação, exceto Queimado e Irapé, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015 e não foram contempladas na ReH nº 2.919/2021. Os valores homologados estão em linha com as estimativas da Companhia, baseadas na ReN. Aneel nº 895/2020.



Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Companhia e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu, no 2º trimestre de 2021, um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20”, no montante de R\$909.601 para o consolidado e R\$683.405 para a controladora.

Em 14 de setembro de 2021, a Aneel homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, por meio da Resolução Homologatória ReH 2.932/2021, incluindo Irapé e Queimado, cujo prazo de extensão estava em discussão no âmbito do Regulador, não sendo contemplados na ReH 2.919/2021. Assim, no 3º trimestre de 2021, foi reconhecido um aumento do ativo intangível no montante de R\$122.208, referente à extensão da outorga dessas usinas. Como resultado, o ativo intangível alcançou o montante total de R\$1.031.809 para o consolidado e R\$805.613 para a controladora, reconhecido em contrapartida à rubrica “Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20”.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros. A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Camargos	9.459	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Itutinga	7.713	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Leste	154			
Dona Rita	11	03/07/2046	4,0	19/07/2050
Ervalia	8	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Neblina	11	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Peti	113	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Sinceridade	1	03/07/2046	0,7	12/03/2047
Tronqueiras	10	05/01/2046	1,0	26/12/2046
Cemig Geração Oeste	234			
Cajuru (Cemig)	234	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Salto Grande	40.079	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Sul	2.106			
Coronel Domiciano	36	03/07/2046	0,8	11/04/2047
Joasal	450	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Marmelos	238	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Paciência	205	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Piau	1.177	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Geração Três Marias	115.831	05/01/2046	7,0	03/01/2053
Cemig Poço Fundo	1.482	29/05/2045	7,0	27/05/2052
Cemig PCH (Pai Joaquim)	418	04/04/2032	0,4	14/09/2032
Horizontes	130			
Machado Mineiro	130	08/07/2025	1,9	21/05/2027
Rosal	8.900	08/05/2032	3,6	13/12/2035
Sá Carvalho	39.690	01/12/2024	1,7	27/08/2026
Total subsidiárias	226.196			

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Nova Ponte	254.956	23/07/2025	2,1	11/08/2027
Irapé	105.010	28/02/2035	2,6	18/09/2037
Queimado	19.326	18/12/2032	1,8	26/06/2034
São Bernardo (Cemig)	649	19/08/2025	1,9	27/06/2027
Emborcação	425.672	23/07/2025	1,8	26/05/2027
<b>Total Cemig GT</b>	<b>805.613</b>			
<b>Total (R\$)</b>	<b>1.031.809</b>			

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Companhia no período indicado na Lei nº 14.052/2020 para compensação, mas esta Lei não especifica como esta será realizada na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicitadas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguará	237.218
Volta Grande	156.688
<b>Total</b>	<b>1.322.438</b>

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

## 16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa; e
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2022 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em agosto de 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
<b>Adoção inicial</b>		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
<b>Contratos celebrados entre 2019 e 2021</b>		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65
<b>Contratos celebrados de agosto a dezembro de 2021 (1)</b>		
Até 5 anos	5,81	0,47
De 6 a 10 anos	5,89	0,48
De 11 a 15 anos	5,95	0,49
De 16 a 30 anos	5,95	0,49

- (1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas. Adicionalmente, não foram celebrados novos contratos de janeiro a março de 2022.

## a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, que corresponde à mensuração inicial do passivo de arrendamentos ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	37.010	4.854	41.864
Amortização (1)	(391)	(1.757)	(2.148)
Remensuração (2)	2	578	580
Saldo em 31 de março de 2022	36.621	3.675	40.296

Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35.575	4.852	40.427
Amortização (1)	(375)	(1.623)	(1.998)
Saldo em 31 de março de 2022	35.200	3.229	38.429

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$28 para consolidado e controladora no período de janeiro a março de 2022 (R\$28 no período de janeiro a março de 2021 para consolidado e controladora).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

## b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>45.450</b>	<b>43.926</b>
Juros incorridos (1)	1.337	1.276
Arrendamentos pagos	(3.071)	(2.881)
Juros sobre arrendamentos pagos	(57)	(53)
Remensuração (2)	580	-
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	<b>44.239</b>	<b>42.268</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>8.691</b>	<b>8.050</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>35.548</b>	<b>34.218</b>

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$92 e R\$91 no período de janeiro a março de 2022 para consolidado e controladora, respectivamente (R\$264 e R\$261 no período de janeiro a março de 2021 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	130.417	44.239	125.247	42.268
PIS/Pasep e Cofins potencial à alíquota de 9,25%	11.396	3.646	11.276	3.607

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2).

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (Nominal)	Controladora (Nominal)
2022	7.723	7.141
2023	5.410	5.161
2024	5.346	5.147
2025	5.340	5.141
2026	5.340	5.141
2027 a 2045	101.258	97.516
<b>Valores não descontados</b>	<b>130.417</b>	<b>125.247</b>
Juros embutidos	(86.178)	(82.979)
<b>Passivo de arrendamento</b>	<b>44.239</b>	<b>42.268</b>

## 17. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Suprimento e transporte de energia elétrica	299.911	288.869	296.052	283.389
Materiais e serviços	66.623	94.917	47.131	50.990
	<b>366.534</b>	<b>383.786</b>	<b>343.183</b>	<b>334.379</b>

## 18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
ICMS	23.721	22.797	18.806	17.910
Pasep (1)	16.923	14.336	14.742	12.242
Cofins (1)	77.107	64.946	67.980	56.360
INSS	11.000	10.337	6.438	6.497
ISSQN	2.661	2.439	2.154	1.857
Outros (2)	5.940	29.532	5.020	28.881
	<b>137.352</b>	<b>144.387</b>	<b>115.140</b>	<b>123.747</b>
<b>Não circulante</b>				
Pasep (1)	61.150	59.582	59.351	57.923
Cofins (1)	281.686	274.465	273.385	266.807
	<b>342.836</b>	<b>334.047</b>	<b>332.736</b>	<b>324.730</b>
	<b>480.188</b>	<b>478.434</b>	<b>447.876</b>	<b>448.477</b>

- (1) PIS/Pasep e Cofins registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 12.
- (2) O saldo de 31 de dezembro de 2021 inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 10 de dezembro de 2021, cujo recolhimento ocorreu em janeiro de 2022, em conformidade à legislação tributária.

## 19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado e Controladora 31/03/2022			Consolidado e Controladora 31/12/2021
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds (1)	2024	9,25%	USD	164.700	4.737.799	4.902.499	5.622.673
(-) Custos de transação				-	(7.619)	(7.619)	(8.220)
(+/-) Recursos antecipados (2)				-	(12.397)	(12.397)	(13.356)
Total de empréstimos e financiamentos				164.700	4.717.783	4.882.483	5.601.097
MOEDA NACIONAL							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	-	-	-	428.367
(-) Custos de transação				-	-	-	(4)
Total de debêntures				-	-	-	428.363
Total geral				164.700	4.717.783	4.882.483	6.029.460

- (1) Em agosto de 2021, a Companhia realizou a recompra parcial de títulos de dívida no mercado externo (Eurobonds) de sua emissão, no montante principal de US\$500 milhões. Mais detalhes dessa operação no decorrer desta nota explicativa.
- (2) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

### Garantias

Em 31 de março de 2022 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido da seguinte forma:

Consolidado	31/03/2022
Aval e fiança	4.882.483

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado e controladora	2022	2023	2024	Total
<b>Moedas</b>				
Dólar Norte Americano	164.700	-	4.737.799	4.902.499
<b>Total por moedas</b>	<b>164.700</b>	<b>-</b>	<b>4.737.799</b>	<b>4.902.499</b>
(-) Custos de transação	-	(2.593)	(5.026)	(7.619)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	(12.397)	(12.397)
<b>Total geral</b>	<b>164.700</b>	<b>(2.593)</b>	<b>4.720.376</b>	<b>4.882.483</b>

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada de jan a mar de 2022 (%)	Variação acumulada de jan a mar de 2021 (%)	Indexador	Variação acumulada de jan a mar de 2022 (%)	Variação acumulada de jan a mar de 2021 (%)
Dólar Norte-Americano	(15,10)	9,63	IPCA	3,20	2,05
			CDI	2,39	0,48

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado e Controladora
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.029.460</b>
Variação monetária	3.060
Variação cambial	(842.700)
Encargos financeiros provisionados	126.960
Amortização dos custos de transação	605
Encargos financeiros pagos	(25.390)
Amortização de principal	(409.512)
<b>Saldo em 31 de março de 2022</b>	<b>4.882.483</b>

### Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig GT	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Eurobonds (1)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant (2)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual

- (1) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao Ebitda de 2,0x (1,75x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na Companhia em relação ao Ebitda de 1,5x.
- (2) O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acréscido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

Em 31 de março de 2022, a Companhia e sua controladora encontram-se em conformidade com as cláusulas restritivas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 28.

## 20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
<b>Passivo</b>				
Reserva global de reversão – RGR	3.392	3.529	-	-
Compensação financ.pela utiliz. de recursos hídricos – CFURH	8.646	5.374	3.888	2.227
Conta de desenvolvimento energético – CDE	57.238	63.060	57.238	63.060
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	722	717	644	641
Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – Proinfa	12.736	16.623	12.736	16.623
Fundo nacional de desenv. científico tecnológico – FNDCT	2.218	1.120	1.679	577
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	20.039	22.103	13.404	16.166
Pesquisa expansão sistema energético	1.248	699	978	428
CDE sobre P&D	802	476	660	330
	<b>107.041</b>	<b>113.701</b>	<b>91.227</b>	<b>100.052</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>103.140</b>	<b>111.160</b>	<b>91.227</b>	<b>100.052</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>3.901</b>	<b>2.541</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	548.112	744.895	14.207	1.307.214
Despesa reconhecida no resultado	14.636	20.378	394	35.408
Contribuições pagas	(13.993)	(10.604)	(207)	(24.804)
Passivo líquido em 31 de março de 2022	548.755	754.669	14.394	1.317.818
			31/03/2022	31/12/2021
Passivo circulante			76.371	75.257
Passivo não circulante			1.241.447	1.231.957

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$32.231 no primeiro trimestre de 2022 (R\$22.693 no primeiro trimestre 2021), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$3.177 no primeiro trimestre de 2022 (R\$4.158 no primeiro trimestre de 2021).

### Seguro de vida

A Companhia disponibilizava, até o término da vigência do acordo coletivo findo em outubro de 2021, a cobertura de 50% da apólice de seguro de vida, com determinadas características específicas, para os aposentados.

Entretanto, em função das alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou, no quarto trimestre de 2021, a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado e Patrimônio Líquido, nos montantes de R\$91.290 e R\$13.618.

Em 2 de fevereiro de 2022 a Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e subsidiárias ("AEA/MG") pleiteou tutela de urgência para que a Cemig cumprisse e mantivesse integralmente os mesmos termos relativos ao custeio do prêmio do seguro de vida que vinha sendo praticado. Entretanto, em 11 de fevereiro de 2022, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região indeferiu tal requerimento, fundamentado no entendimento de que se trata de discussão envolvendo validade de norma coletiva.



### **Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz**

Em 31 de março de 2022, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a *déficits* atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$80.685 (R\$87.015 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de *superávit* da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

### **Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz**

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de março de 2022, o montante total a ser pago pela Companhia em decorrência desses déficits é de R\$120.778 (R\$121.961 em 31 de dezembro de 2021, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$78.851, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$41.927. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$36.304, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente à 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação, no montante de R\$2.260 (R\$1.535 em 31 de dezembro de 2021), que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento, que se encontra em sua fase inicial, de postulação.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019. A probabilidade de perda foi avaliada como possível, em decorrência da ação ainda estar em fase de conhecimento, não havendo decisões de mérito. Além disso, houve o indeferimento da tutela de urgência requerida pela Forluz.

## 22. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

### Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2022
Trabalhistas	59.957	4.332	-	(3.118)	61.171
Tributárias	317.326	7.761	-	(1.645)	323.442
Regulatórias	4.131	184	-	-	4.315
Outras	56.629	4.262	(154)	(660)	60.077
<b>Total</b>	<b>438.043</b>	<b>16.539</b>	<b>(154)</b>	<b>(5.423)</b>	<b>449.005</b>

Controladora	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2022
Trabalhistas	59.957	4.330	-	(3.117)	61.170
Tributárias	317.287	7.760	-	(1.645)	323.402
Regulatórias	4.131	184	-	-	4.315
Outras	56.397	3.016	(3)	(659)	58.751
<b>Total</b>	<b>437.772</b>	<b>15.290</b>	<b>(3)</b>	<b>(5.421)</b>	<b>447.638</b>

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

## **Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível**

### Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$153.055 (R\$152.180 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$61.171 foram provisionados (R\$59.957 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Tributárias

#### *Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$383.367 (R\$376.009 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$320.120 (R\$314.056 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos, em 31 de março de 2022, para liquidar estas discussões.

#### *Não homologação da Compensação de Créditos Tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$71.977 (R\$70.618 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$1.166 (R\$1.152 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

### *Demais Ações tributárias*

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, em que são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$102.882 (R\$103.841 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$2.156 (R\$2.118 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$49.865 (R\$47.915 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$4.315 (R\$4.131 em 31 de dezembro de 2021) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

### *Outras Ações*

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$202.445 (R\$201.064 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$60.077 foram provisionados (R\$56.629 em 31 de dezembro de 2021). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito às discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros e às relações de consumo.

**Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial**

### Impostos e Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

#### *Indenização do anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, em 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$69.048 (R\$68.399 em 31 de dezembro de 2021), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$72.099 (R\$71.097 em 31 de dezembro de 2021) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

#### *Contribuições Previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio-alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de aproximadamente R\$18.963 (R\$18.655 em 31 de dezembro de 2021). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

#### *Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)*

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$91.223 (R\$88.424 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

#### Questões Regulatórias

##### *Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)*

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$452.359 (R\$436.835 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

### Questões Ambientais

#### *Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas*

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$127.606 (R\$123.098 em 31 de dezembro de 2021).

#### *Outras Questões Ambientais*

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$75.230 (R\$72.557 em 31 de dezembro de 2021), para os quais não há saldo provisionado, pois, a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

### IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica ("IDPJ") de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controladora Cemig, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R\$89.844 em 31 de março de 2022 (R\$86.256 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

## 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

### a) Capital Social

Em 31 de março de 2022, o capital social da Companhia é de R\$4.123.724 (R\$4.123.724 em 31 de dezembro de 2021), representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

### b) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação

O lucro (prejuízo) por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Quantidade de ações (A)	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro (prejuízo) do período (B)	813.514	(311.373)
<b>Lucro (prejuízo) por ação – básico (B/A) (em R\$)</b>	<b>0,28</b>	<b>(0,11)</b>
<b>Lucro (prejuízo) por ação – diluído (em R\$)</b>	<b>0,28</b>	<b>(0,12)</b>

A opção de venda de investimentos descrita na nota explicativa nº 28 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação no primeiro trimestre de 2022.

## 24. RECEITAS

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecidas em bases mensais na medida em que ocorrem: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

A composição da receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	2.017.515	1.897.442	1.810.933	1.684.030
Receita de transmissão (b)				
Receita de operação e manutenção	151.845	150.719	152.614	152.124
Receita de construção (nota 12)	68.395	22.451	68.395	22.451
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 12)	188.542	145.042	178.354	145.042
Receita de atualização da bonificação pela outorga (c)	131.595	124.560	-	-
Transações com energia na CCEE (d)	22.576	49.849	10.977	14.257
Outras receitas operacionais	36.455	23.927	47.406	32.573
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (e)	(492.759)	(468.464)	(442.187)	(417.127)
	<b>2.124.164</b>	<b>1.945.526</b>	<b>1.826.492</b>	<b>1.633.350</b>



## (a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica - geração

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Mar/2022		Jan a Mar/2021		Jan a Mar/2022		Jan a Mar/2021	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Industrial	3.561.728	1.002.414	3.371.412	895.726	3.319.595	927.641	3.126.261	835.338
Comercial	1.055.478	262.023	999.427	213.782	1.054.023	261.397	997.332	212.858
Rural	5.100	1.110	6.966	1.865	5.100	1.110	6.966	1.865
<b>Subtotal</b>	<b>4.622.307</b>	<b>1.265.547</b>	<b>4.377.805</b>	<b>1.111.373</b>	<b>4.378.718</b>	<b>1.190.148</b>	<b>4.130.559</b>	<b>1.050.061</b>
Fornec. não faturado, líquido	-	99.995	-	90.550	-	86.089	-	77.207
	<b>4.622.307</b>	<b>1.365.542</b>	<b>4.377.805</b>	<b>1.201.923</b>	<b>4.378.718</b>	<b>1.276.237</b>	<b>4.130.559</b>	<b>1.127.268</b>
Suprim. outras concessionárias (2)	2.277.146	647.906	2.748.059	769.238	2.048.331	516.373	2.407.332	611.023
Suprimento não faturado líquido	-	4.067	-	(73.719)	-	18.323	-	(54.261)
	<b>6.899.453</b>	<b>2.017.515</b>	<b>7.125.864</b>	<b>1.897.442</b>	<b>6.427.049</b>	<b>1.810.933</b>	<b>6.537.891</b>	<b>1.684.030</b>

(1) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

## (b) Receita de Concessão da Transmissão

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Mais informações na nota explicativa nº 12.
- Receitas de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de concessão de transmissão relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção, e são reconhecidas nos períodos em que os serviços são executados, mediante o faturamento da RAP.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: Corresponde ao componente financeiro, reconhecido pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.



A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Receita construção e melhorias	68.395	22.451
Custo construção e melhorias	(50.696)	(19.065)
Margem	17.699	3.386
<b>Mark-up (%)</b>	<b>34,91%</b>	<b>17,76%</b>
Receita de operação e manutenção	151.845	150.719
Custo de operação e manutenção	(68.142)	(56.501)
Margem	83.703	94.218
<b>Mark-up (%)</b>	<b>122,84%</b>	<b>166,78%</b>

### (c) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

### (d) Receita de transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

No terceiro trimestre de 2021, parte dos contratos de compra de energia da Companhia foram transferidos para a Cemig (controladora da Companhia), iniciando o processo de segregação do negócio de comercialização, com o objetivo de possibilitar uma visão mais apurada dos resultados desse segmento de negócio. A segregação do negócio de comercialização não impacta a estratégia corporativa da Cemig, de atendimento ao mercado, com o propósito de entrega de energia a seus clientes.

### (e) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
<b>Tributos sobre a Receita</b>				
ICMS	170.720	163.412	153.771	147.169
Cofins	180.881	164.989	160.760	144.094
PIS/Pasep	39.268	35.818	34.902	31.283
ISSQN	1.098	530	1.057	223
	<b>391.967</b>	<b>364.749</b>	<b>350.490</b>	<b>322.769</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>				
Reserva Global de Reversão – RGR	3.667	3.737	3.110	3.133
Conta de desenvolvimento energético – CDE	54.552	61.389	54.552	61.389
CDE sobre P&D	1.068	-	853	-
Proinfa	19.490	16.335	19.490	16.335
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.599	3.521	1.990	2.633
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	3.667	3.521	2.842	2.633
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.833	1.760	1.421	1.317
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	2.167	4.571	1.933	2.195
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	11.749	8.881	5.506	4.723
	<b>100.792</b>	<b>103.715</b>	<b>91.697</b>	<b>94.358</b>
	<b>492.759</b>	<b>468.464</b>	<b>442.187</b>	<b>417.127</b>

## 25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Pessoal	81.067	75.555	76.970	71.834
Participação dos empregados no resultado	9.396	7.146	9.334	7.121
Obrigações pós-emprego (nota 21)	32.231	22.693	32.231	22.693
Materiais	3.537	4.880	2.472	2.032
Serviços de terceiros (a)	45.080	34.451	33.181	25.603
Depreciação e amortização (1)	81.877	47.875	63.358	33.194
Provisões (reversões) (b)	42.639	(4.916)	41.757	(4.780)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	57.935	48.920	41.241	36.551
Energia elétrica comprada para revenda (c)	906.797	979.386	902.789	966.427
Custo de construção de infraestrutura de transmissão (d)	50.696	19.065	50.696	19.065
Outros custos e despesas operacionais líquidos (e)	6.321	15.067	4.640	11.949
	<b>1.317.576</b>	<b>1.250.122</b>	<b>1.258.669</b>	<b>1.191.689</b>

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$28 para consolidado controladora (R\$108 e R\$106 em 31 de dezembro de 2021 para consolidado e controladora, respectivamente).

### a) Serviços de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Comunicação	1.052	797	969	730
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	11.283	8.023	4.689	3.965
Conservação e limpeza de prédios	5.356	5.859	4.708	4.679
Mão de obra contratada	2.213	69	1.069	799
Frete e passagens	126	76	126	76
Hospedagem e alimentação	756	704	741	700
Vigilância	1.626	1.974	933	1.191
Consultoria	1.532	2.448	1.402	1.809
Auditoria externa	1.520	1.330	1.299	912
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	215	144	200	112
Tecnologia da informação	8.946	4.106	8.254	3.774
Energia elétrica	1.177	1.037	1.029	710
Meio ambiente	2.561	1.456	1.738	812
Limpeza de faixas	1.628	1.241	1.628	1.241
Serviços de reprografia	184	601	122	186
Serviços advocatícios e custas processuais	654	1.089	815	1.089
Outros	4.251	3.497	3.459	2.818
	<b>45.080</b>	<b>34.451</b>	<b>33.181</b>	<b>25.603</b>

### b) Provisões operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Reversões estimadas para créditos de liquidação duvidosa (nota 7) (1)	(1.173)	(1.112)	(957)	(973)
Provisões (reversões) para contingências (nota 22) (2)				
Trabalhistas	4.332	4.481	4.330	4.480
Cíveis	-	35	-	35
Tributárias	7.761	1.342	7.760	1.342
Regulatórias	184	497	184	497
Outras	4.108	3.008	3.013	3.006
	<b>16.385</b>	<b>9.363</b>	<b>15.287</b>	<b>9.360</b>
	<b>15.212</b>	<b>8.251</b>	<b>14.330</b>	<b>8.387</b>
Variação de valor justo de derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 28)	27.427	(13.167)	27.427	(13.167)
	<b>42.639</b>	<b>(4.916)</b>	<b>41.757</b>	<b>(4.780)</b>

(1) A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada na demonstração de resultado como despesas com vendas.  
(2) As provisões para contingências são apresentadas na demonstração dos resultados do período como despesas operacionais.

### c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Energia de curto prazo – CCEE	30.176	40.832	29.217	34.088
Energia adquirida no ambiente livre	968.284	1.035.843	964.935	1.028.639
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(91.663)	(97.289)	(91.363)	(96.300)
	<b>906.797</b>	<b>979.386</b>	<b>902.789</b>	<b>966.427</b>

### d) Custo de Construção da Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Pessoal	2.271	1.769	2.271	1.769
Materiais	38.785	13.690	38.785	13.690
Serviços de terceiros	9.638	3.599	9.638	3.599
Outros	2	7	2	7
	<b>50.696</b>	<b>19.065</b>	<b>50.696</b>	<b>19.065</b>

### e) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Arrendamentos e aluguéis (1)	1.313	570	225	192
Propaganda e publicidade	108	123	108	123
Despesa concessão onerosa	959	792	957	789
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	1.163	619	1.012	411
Anuidade CCEE	607	659	607	659
Seguros	3.228	3.669	2.755	3.165
Forluz – Custeio administrativo	1.762	1.667	1.762	1.666
Obrigações derivadas de contratos de investimento (2)	833	5.379	833	5.379
Outros (reversões)	(3.652)	1.589	(3.619)	(435)
	<b>6.321</b>	<b>15.067</b>	<b>4.640</b>	<b>11.949</b>

- (1) Referem-se aos arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16 /CPC 06 (R2), assim como arrendamentos de baixo valor ou prazo inferior a um ano.
- (2) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$151 milhões em 31 de março de 2022 (R\$149 milhões em 31 de dezembro de 2021), cabendo à Cemig o valor de R\$53 milhões (R\$52 milhões em 31 de dezembro de 2021).

## 26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de aplicação financeira	35.885	8.915	21.378	6.515
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	2.097	1.359	1.678	1.169
Variação monetária	10.737	2.227	10.701	2.223
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	2.249	260	2.210	258
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	842.700	-	842.700	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins	575	976	-	904
Outras	5.869	10.182	5.590	9.736
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(2.203)	(949)	(1.899)	(899)
	<b>897.909</b>	<b>22.970</b>	<b>882.358</b>	<b>19.906</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(126.960)	(251.764)	(126.960)	(248.971)
Amortização dos custos de transação (nota 19)	(605)	(3.051)	(605)	(3.051)
Variação monetária – Forluz	(3.177)	(4.158)	(3.177)	(4.158)
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(3.060)	(13.592)	(3.060)	(13.132)
Variações monetárias	(5.985)	(8.137)	(2.933)	(4.453)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	-	(750.900)	-	(750.900)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (swap) (nota 28)	(456.647)	(187.348)	(456.647)	(187.348)
Variação monetária de arrendamento (nota 16)	(1.245)	(1.267)	(1.185)	(1.214)
Outras	(3.349)	-	(513)	(601)
	<b>(601.028)</b>	<b>(1.220.217)</b>	<b>(595.080)</b>	<b>(1.213.828)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>296.881</b>	<b>(1.197.247)</b>	<b>287.278</b>	<b>(1.193.922)</b>

## 27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
<b>CEMIG</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	799.947	799.947	-	-	-	-
Outros créditos	-	4.038	-	-	-	-	-	-
<b>Coligada (1)</b>								
<b>Madeira Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	8.021	7.533	107.377	106.975	23.733	24.815	(311.739)	(361.027)
Ajuste para perdas (3)	-	-	170.685	161.648	-	-	-	-
<b>Controladas em conjunto (1)</b>								
<b>Aliança Geração</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	9.743	6.928	158	136	(25.867)	(22.590)
Prestação de serviço	488	512	-	-	1.139	1.202	-	-
Contingências (4)	-	-	53.331	52.497	-	-	(833)	(5.379)
<b>Norte Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	2.079	2.338	-	-	6.458	6.969	-	(24.624)
<b>Baguari Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Prestação de serviço (5)	287	211	-	-	259	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	14.759	-	-	-	-	-	-	-
<b>Lightger</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	2.918	2.160	-	-	(8.472)	(6.461)
<b>Retiro Baixo</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre capital próprio e dividendos	7.202	7.202	-	-	-	-	-	-
<b>Hidrelétrica Pipoca</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	4.258	3.153	-	-	(12.363)	(9.107)
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.657	-	-	-	-	-	-	-
<b>TAESA</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	1.330	1.488	65	60	(3.935)	(2.575)
Prestação de serviço (4)	150	150	-	-	288	310	-	-
<b>Hidrelétrica Itaocara</b>								
<b>Circulante</b>								
Ajuste para perdas (6)	-	-	20.838	20.767	-	-	-	-
<b>Hidrelétrica Cachoeirão</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre capital próprio e dividendos	3.532	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Partes Relacionadas</b>								
<b>Cemig Distribuição</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de compartilhamento (7)	2.362	2.362	229	-	229	1.287	-	-
Operações com energia elétrica (2)	25.346	33.647	1.270	1.927	69.607	63.647	(9.834)	(6.640)
Encargos de conexão (8)	8.650	8.650	-	-	19.463	17.366	-	-
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes	195.743	44.789	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	673.444	943.747	-	-	30.219	12.080	-	-
<b>Não circulante</b>								
Títulos e valores mobiliários	131.998	194.110	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações pós-emprego (9)	-	-	42.507	40.878	-	-	(14.636)	(10.469)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (10)	-	-	-	-	-	-	(4.931)	(4.678)
Custeio administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(1.762)	(1.666)
Arrendamento operacional (12)	36.515	36.900	4.983	4.983	-	-	(1.648)	(1.601)
<b>Não circulante</b>								
Obrigações pós-emprego (9)	-	-	506.248	507.234	-	-	-	-
Arrendamento operacional (12)	-	-	35.466	35.534	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Circulante</b>								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	40.666	38.807	-	-	(20.772)	(14.030)
<b>Não circulante</b>								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	728.397	720.295	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- (1) Os relacionamentos entre a Cemig Geração e Transmissão e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 13);
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (3) Foi reconhecida uma perda na extensão das obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de março de 2022 alcançou o montante de R\$170.685 (R\$161.648 em 31 de dezembro de 2021) (vide nota explicativa nº 13);
- (4) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$151 milhões (R\$149 milhões em 31 de dezembro de 2021), cabendo à Cemig o valor de R\$53 milhões (R\$52 milhões em 31 de dezembro de 2021);
- (5) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
- (6) Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide nota explicativa nº 13);
- (7) Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (8) Refere-se a contrato de conexão das instalações de distribuição ao sistema de transmissão (CCT);
- (9) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 21);
- (10) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (11) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (12) Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 9,68%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig Geração e Transmissão;
- (13) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 21).

## Dividendos a receber

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Sá Carvalho S.A.	-	-	25.821	-
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	138.000	28.000
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	43.793	17.793
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	21.188	-
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	18.289	-
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	4.000	-
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	19.331	-
Horizontes Energia S.A.	-	-	805	-
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	1.320	-
Cemig Trading S.A.	-	-	479	-
Aliança Geração de Energia S.A.	99.000	224.896	99.000	224.896
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	7.267	-
Centroeste	-	-	14.569	-
Outras (1)	28.151	7.202	28.151	9.515
	<b>127.151</b>	<b>232.098</b>	<b>422.013</b>	<b>280.204</b>

(1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

## Garantia de compra de energia

No âmbito dos Instrumentos de Financiamentos da Santo Antônio Energia S.A., a Companhia concedeu garantia de comercialização de energia desta investida, correspondente a até 57,42 MW médios ao ano, a uma receita anual mínima de R\$66.114, na data base de 31 de dezembro de 2007, reajustados pela variação do IPCA, durante o período de 1º de maio de 2027 até o final da liquidação das obrigações decorrentes destes Instrumentos de Financiamento. Adicionalmente, foi garantida a comercialização da energia assegurada dessa investida, de 6,04 MW médios, para o período de 1º de janeiro de 2030 até o final da liquidação das obrigações decorrentes dos referidos Instrumentos.

## Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários”, no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 65,84% em 31 de março de 2022 (53,20% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

## Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021
Remuneração	1.056	618
Participação nos resultados	273	141
Previdência privada	46	41
Planos de saúde e odontológico	7	4
Seguro de vida	1	-
Total (1)	<b>1.383</b>	<b>804</b>

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.



## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

	Nível	31/03/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários	2	203.236	203.236	597.205	597.205
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	2	969.212	969.212	797.972	797.972
Fundos vinculados	2	22.175	22.175	17.063	17.063
Depósitos vinculados a litígios	2	200.503	200.503	161.820	161.820
Bonificação pela outorga – Concessões de geração	3	2.850.965	2.850.965	2.792.201	2.792.201
		4.246.091	4.246.091	4.366.261	4.366.261
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras		341.118	341.118	117.154	117.154
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	1	10.526	10.526	55.290	55.290
Letras financeiras – Bancos	2	445.349	445.349	387.296	387.296
Letras financeiras do Tesouro	1	146.275	146.275	98.108	98.108
Debêntures	2	2.009	2.009	-	-
		945.277	945.277	657.848	657.848
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	866.223	866.223	1.219.176	1.219.176
Indenizações a receber – Geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		1.682.425	1.682.425	2.035.378	2.035.378
		6.873.793	6.873.793	7.059.487	7.059.487
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(4.882.483)	(4.882.483)	(6.029.460)	(6.029.460)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(80.685)	(80.685)	(87.015)	(87.015)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz	2	(120.778)	(120.778)	(121.961)	(121.961)
Concessões a pagar	3	(28.010)	(28.010)	(26.813)	(26.813)
Fornecedores	2	(366.534)	(366.534)	(383.786)	(383.786)
Operações de arrendamento mercantil	2	(44.239)	(44.239)	(45.450)	(45.450)
		(5.522.729)	(5.522.729)	(6.694.485)	(6.694.485)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	(109.824)	(109.824)	(6.130)	(6.130)
Opções de venda (SAAG)	3	(663.719)	(663.719)	(636.292)	(636.292)
		(6.296.272)	(6.296.272)	(7.336.907)	(7.336.907)

(1) Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** – O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo esta classificada integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

### **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão. Para mais informações ver nota explicativa nº 11.1.

Aplicações Financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

**Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia referem-se a opções de venda e operações de *swap* para proteção de dívidas.

**Operações de Swap:** o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

### Outros passivos financeiros

A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 140,97% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 6,20%, CDI + 2,34% a 4,62%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

## **b) Instrumentos financeiros derivativos**

### **Opções de venda SAAG**

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderiam ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda é correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo até a data de exercício antecipado da opção (mais detalhes na sequência desta nota), contabilizada pelo seu valor justo por meio do resultado, mensurado pelo modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”).

Encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$663.719 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos e o vencimento da opção de venda, conforme descrito a seguir, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	636.292
Variação do valor justo	27.427
Saldo em 31 de março de 2022	663.719

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação no primeiro trimestre de 2022.

#### Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 09 de setembro de 2020, o administrador dos FIP, Banco Modal S.A., comunicou aos cotistas sobre o início do processo de liquidação antecipada dos fundos Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em razão do decurso do prazo de 180 dias contados da sua renúncia e da renúncia do gestor do Fundo aos respectivos cargos, sem que tenha havido indicação de novos prestadores de serviço, conforme previsto no regulamento do Fundo.

Conforme estabelecido em contrato, a liquidação dos Fundos é um dos eventos que implicaria o vencimento antecipado da opção, cujo interesse de exercício foi manifestado pelas entidades de previdência complementar no período de 09 de setembro a 02 de outubro de 2020.

Entretanto, é entendimento da Administração da Companhia, manifestado aos Fundos, que as premissas e condições que fundamentaram o investimento na Santo Antônio Energia e a estrutura jurídica dos diversos contratos firmados para esse fim sofreram modificações substanciais que resultaram em desequilíbrio nas opções.

Dessa forma, utilizando-se de prerrogativa constante dos instrumentos de opção, a Companhia tentou por meio do mecanismo contratual da Via Amigável uma negociação com as entidades de previdência complementar dos termos de valoração e pagamento das opções. Devido ao insucesso negocial amigável, a Companhia invocou a cláusula de arbitragem para resolução de conflitos entre as partes, a qual encontra-se pendente de decisão pela Câmara de Comércio Brasil Canadá do estado de São Paulo.

A Administração da Companhia mantém seus registros contábeis atualizados com base nos termos de valoração das opções previstos nos contratos.

#### Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado em 31/03/2022	Ganho/(Perda) realizado em 31/12/2021
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 151,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	-	1.018.638
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	-	155.569
US\$ variação cambial superior a R\$5,0984	US\$ variação cambial inferior a R\$5,0984	03 de agosto de 2021	Balcão	US\$600.000	-	23.700
					-	<b>1.197.907</b>

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 31 de março de 2022, no montante de R\$456.647 (R\$187.348 em 31 de março de 2021), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações dos derivativos contratados inicialmente são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual. A controladora Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Companhia. As contrapartes da NDF foram os Bancos Deutsche Bank, Bradesco, XP Inc. e Goldman Sachs.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato em 31/03/2022	Valor justo em 31/03/2022	Valor conforme contrato em 31/12/2021	Valor justo em 31/12/2021
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ 151,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	738.740	473.785	873.095	706.401
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	444.606	282.614	577.565	506.645
					<b>1.183.346</b>	<b>756.399</b>	<b>1.450.660</b>	<b>1.213.046</b>
Ativo não circulante						866.223		1.219.176
Passivo circulante						(109.824)		(6.130)

- (1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Em julho de 2021, a Companhia desmontou um total de US\$500 milhões da emissão original do hedge. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R\$5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL.
- (2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Companhia utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de março de 2022 foi de R\$756.399 (R\$1.213.046 em 31 de dezembro de 2021), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de março de 2022, porém os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$1.183.346 em 31 de março de 2022 (R\$1.450.660 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 31 de março de 2023, seria afetado, positivamente, pelos instrumentos derivativos (*swap* e *call spread*), ao fim do período contábil, em R\$225.061. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R\$981.460, sendo R\$1.067.169 referente à opção (*call spread*) e R\$85.709 referentes ao *swap*.

A Companhia mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado	Cenário base em 31/03/2022	Cenário provável em 31/03/2023	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	3.926.025	3.892.539	3.519.720	3.166.360
Swap ponta passiva	(4.063.495)	(3.978.248)	(4.075.614)	(4.170.008)
Opção/Call Spread	893.869	1.067.169	576.049	130.157
Instrumento derivativo de hedge	<u>756.399</u>	<u>981.460</u>	<u>20.155</u>	<u>(873.491)</u>

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

### c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

## Risco de taxas de câmbio

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal de acordo com a Política de Hedge da Companhia. A exposição da Companhia aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento foram descritas no tópico “Operações de *Swap*” desta nota explicativa.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa, cuja exposição líquida é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(1.034.763)	(4.902.499)	(1.007.557)	(5.622.673)
Passivo líquido exposto		<u>(4.902.499)</u>		<u>(5.622.673)</u>

## Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 31 de março de 2023, será uma valorização de 2,37% para o dólar (R\$4,85) norte-americano. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais: Consolidado	31/03/2022	31/03/2023		
	Valor Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto +50%
		Dólar 4,85	Dólar 6,06	Dólar 7,28
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(4.902.499)	(5.018.599)	(6.270.662)	(7.533.073)
Passivo líquido exposto	(4.902.499)	<u>(5.018.599)</u>	<u>(6.270.662)</u>	<u>(7.533.073)</u>
Efeito líquido da variação cambial		<u>(116.100)</u>	<u>(1.368.163)</u>	<u>(2.630.574)</u>

## Risco de Taxa de Juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em função de ter ativos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 5)	341.118	117.154	255.446	82.292
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic (nota 6)	807.395	1.137.899	455.936	745.258
Fundos vinculados – CDI	22.175	17.063	6.111	5.843
<b>Ativo líquido exposto</b>	<b>1.170.688</b>	<b>1.272.116</b>	<b>717.493</b>	<b>833.393</b>

## Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de março de 2023, a taxa Selic será de 12,25%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução na taxa Selic de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco – Redução nas Taxa de juros nacionais: Consolidado	31/03/2022	31/03/2023		
	Valor Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
		SELIC 12,25%	-25% SELIC 9,19%	-50% SELIC 6,13%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 5)	341.118	382.905	372.467	362.029
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	807.395	906.301	881.595	856.888
Fundos vinculados	22.175	24.891	24.213	23.534
<b>Ativo líquido exposto</b>	<b>1.170.688</b>	<b>1.314.097</b>	<b>1.278.275</b>	<b>1.242.451</b>
<b>Efeito líquido da variação das taxas de juros</b>		<b>143.409</b>	<b>107.587</b>	<b>71.763</b>

## Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução das taxas de inflação em 31 de março de 2023, sendo parte de seus empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como seus passivos de pós-emprego são atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio do IPCA, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
<b>Ativos</b>				
Geração – Bonificação de outorga - IPCA (nota 11)	2.850.965	2.792.201	-	-
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 19)	-	(428.367)	-	(428.367)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(80.685)	(87.015)	(80.685)	(87.015)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(120.778)	(121.961)	(120.778)	(121.961)
	<b>(201.463)</b>	<b>(637.343)</b>	<b>(201.463)</b>	<b>(637.343)</b>
<b>Ativo (Passivo) líquido exposto</b>	<b>2.649.502</b>	<b>2.154.858</b>	<b>(201.463)</b>	<b>(637.343)</b>



## Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de março de 2023, a taxa IPCA será de 5,90%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Redução da inflação: Consolidado	31/03/2022	31/03/2023		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,90%	Cenário Possível -25% IPCA 4,43%	Cenário Remoto -50% IPCA 2,95%
<b>Ativos</b>				
Geração - Bonificação de outorga - IPCA (nota 11)	2.850.965	3.019.172	2.977.263	2.935.068
<b>Passivos</b>				
Dívida pactuada c/fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(80.685)	(85.445)	(84.259)	(83.065)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(120.778)	(127.904)	(126.128)	(124.341)
	<b>(201.463)</b>	<b>(213.349)</b>	<b>(210.387)</b>	<b>(207.406)</b>
<b>Ativo líquido exposto</b>	<b>2.649.502</b>	<b>2.805.823</b>	<b>2.766.876</b>	<b>2.727.662</b>
<b>Efeito líquido da variação da inflação</b>		<b>156.321</b>	<b>117.374</b>	<b>78.160</b>

## **Risco de Liquidez**

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca, também, retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos financeiros à taxa de juros:</b>						
<b>Pós-fixadas</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	219.445	277.500	5.595.646	-	6.092.591
Concessões a pagar	349	687	2.971	13.732	16.074	33.813
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	3.229	6.475	29.827	51.683	-	91.214
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.421	2.871	13.200	76.605	105.849	199.946
	<b>4.999</b>	<b>229.478</b>	<b>323.498</b>	<b>5.737.666</b>	<b>121.923</b>	<b>6.417.564</b>
<b>Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	361.963	4.571	-	-	-	366.534
	<b>366.962</b>	<b>234.049</b>	<b>323.498</b>	<b>5.737.666</b>	<b>121.923</b>	<b>6.784.098</b>

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos financeiros à taxa de juros:</b>						
<b>Pós-fixadas</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	219.445	277.500	5.595.646	-	6.092.591
Concessões a pagar	349	687	2.971	13.732	16.074	33.813
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	3.229	6.475	29.827	51.683	-	91.214
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.421	2.871	13.200	76.605	105.849	199.946
	<b>4.999</b>	<b>229.478</b>	<b>323.498</b>	<b>5.737.666</b>	<b>121.923</b>	<b>6.417.564</b>
<b>Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	338.807	4.376	-	-	-	343.183
	<b>343.806</b>	<b>233.854</b>	<b>323.498</b>	<b>5.737.666</b>	<b>121.923</b>	<b>6.760.747</b>

## Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 31 de março de 2022, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$28.710.

A Companhia administra o risco de perdas advindas de insolvência de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s;
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$800 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

(2) Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo Cemig;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

A Companhia somente permite aplicações em títulos de empresas não financeiras que possuam *rating* igual ou superior ao *rating* mais atualizado da Cemig Holding divulgado pelas agências de classificação de riscos Fitch Rating, Moody's ou Standard & Poors.

### **Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig**

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do Covid-19 encontra-se apresentada na nota 1b.

### **Impactos da guerra na Ucrânia**

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos da Guerra na Ucrânia encontra-se apresentada na nota explicativa nº 1c.

### **Risco hidrológico**

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

### **Risco de antecipação do vencimento de dívidas**

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas ("*covenants*") normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 31 de março de 2022, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente. Mais detalhes na nota explicativa nº 19.

#### d) Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
<b>Total do passivo</b>	<b>10.518.298</b>	<b>11.595.320</b>	<b>10.189.923</b>	<b>11.147.824</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(342.470)	(123.071)	(255.769)	(86.064)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 6)	(675.397)	(943.789)	(381.536)	(618.130)
<b>Passivo líquido</b>	<b>9.500.431</b>	<b>10.528.460</b>	<b>9.552.618</b>	<b>10.443.630</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>8.568.968</b>	<b>7.755.454</b>	<b>8.568.968</b>	<b>7.755.454</b>
<b>Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido</b>	<b>1,11</b>	<b>1,36</b>	<b>1,11</b>	<b>1,35</b>

## 29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro.

A Companhia atua no segmento de geração e transmissão enquanto que suas controladas atuam apenas no segmento de geração e comercialização.

A partir de 2021, as informações por segmentos passaram a ser elaboradas considerando 4 segmentos reportáveis, sendo:

- **Geração:** compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas e eólicas;
- **Transmissão:** compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia;
- **Comercialização:** compreende a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos. Conforme nota explicativa nº 24 (d), no terceiro trimestre de 2021, foi iniciado o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da Companhia para a Cemig (controladora da Companhia), mantendo a estratégia corporativa da Cemig, de atendimento ao mercado, com o propósito de entrega de energia a seus clientes; e
- **Participações:** compreende a gestão das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia.

A transferência da energia da atividade de geração para a comercialização consubstancia as transações intersegmentos, que consistem na obtenção de receita pela venda de energia gerada e em custos pela compra da energia a ser comercializada, mensurados por um preço de venda estimado de acordo com critérios baseados no modelo de gestão desses negócios pela Companhia, utilizando como referência preços de mercado.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 MARÇO DE 2022								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações intersegmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização					
RECEITA LÍQUIDA	700.034	303.388	1.134.090	-	2.137.512	-	(13.348)	2.124.164
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(55.673)	(70)	(909.994)	-	(965.737)	-	1.005	(964.732)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)								
Pessoal	(34.204)	(31.576)	(5.198)	(10.089)	(81.067)	-	-	(81.067)
Participação dos empregados no resultado	(3.777)	(3.850)	(630)	(1.139)	(9.396)	-	-	(9.396)
Obrigações pós-emprego	(16.070)	(10.316)	(2.332)	(3.513)	(32.231)	-	-	(32.231)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(42.623)	(17.577)	(2.095)	(4.986)	(67.281)	-	12.343	(54.938)
Depreciação e amortização	(81.873)	(1)	(3)	-	(81.877)	-	-	(81.877)
Provisões	(9.116)	(4.822)	(866)	(27.835)	(42.639)	-	-	(42.639)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(50.696)	-	-	(50.696)	-	-	(50.696)
Total do custo de operação	(187.663)	(118.838)	(11.124)	(47.562)	(365.187)	-	12.343	(352.844)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(243.336)	(118.908)	(921.118)	(47.562)	(1.330.924)	-	13.348	(1.317.576)
Resultado de equivalência patrimonial	57.100	-	-	(1.020)	56.080	-	-	56.080
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	513.798	184.480	212.972	(48.582)	862.668	-	-	862.668
Resultado financeiro	121.740	71.491	10.344	93.306	296.881	-	-	296.881
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	635.538	255.971	223.316	44.724	1.159.549	-	-	1.159.549
Imposto de renda e contribuição social	(167.972)	(82.058)	(78.882)	(17.123)	(346.035)	-	-	(346.035)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	467.566	173.913	144.434	27.601	813.514	-	-	813.514

- (1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima;
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2021								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização					
RECEITA LÍQUIDA	737.997	214.182	1.380.435	-	2.332.614	(374.384)	(12.704)	1.945.526
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(141.367)	-	(1.262.728)	-	(1.404.095)	374.384	1.405	(1.028.306)
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)</b>								
Pessoal	(33.768)	(27.188)	(5.227)	(7.265)	(73.448)	-	(2.107)	(75.555)
Participação dos empregados no resultado	(3.110)	(2.757)	(542)	(737)	(7.146)	-	-	(7.146)
Obrigações pós-emprego	(9.791)	(8.837)	(1.701)	(2.364)	(22.693)	-	-	(22.693)
Materiais, Serviços de terceiros e Outros	(40.975)	(13.752)	(2.639)	(5.055)	(62.421)	-	8.023	(54.398)
Depreciação e amortização	(46.846)	(822)	(136)	(198)	(48.002)	-	127	(47.875)
Provisões (reversões)	(16.289)	(3.145)	584	18.510	(340)	-	5.256	4.916
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(19.065)	-	-	(19.065)	-	-	(19.065)
<b>Total do custo de operação</b>	<b>(150.779)</b>	<b>(75.566)</b>	<b>(9.661)</b>	<b>2.891</b>	<b>(233.115)</b>	<b>-</b>	<b>11.299</b>	<b>(221.816)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(292.146)</b>	<b>(75.566)</b>	<b>(1.272.389)</b>	<b>2.891</b>	<b>(1.637.210)</b>	<b>374.384</b>	<b>12.704</b>	<b>(1.250.122)</b>
Revisão Tarifária Periódica, líquida	-	5.816	-	-	5.816	-	-	5.816
Resultado de equivalência patrimonial	63.270	-	-	(66.763)	(3.493)	-	-	(3.493)
<b>RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS</b>	<b>509.121</b>	<b>144.432</b>	<b>108.046</b>	<b>(63.872)</b>	<b>697.727</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>697.727</b>
Resultado financeiro	(432.234)	(217.433)	2.945	(550.525)	(1.197.247)	-	-	(1.197.247)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>76.887</b>	<b>(73.001)</b>	<b>110.991</b>	<b>(614.397)</b>	<b>(499.520)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(499.520)</b>
Imposto de renda e contribuição social	14.951	23.885	(35.307)	184.618	188.147	-	-	188.147
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>	<b>91.838</b>	<b>(49.116)</b>	<b>75.684</b>	<b>(429.779)</b>	<b>(311.373)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(311.373)</b>

- (1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima;
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia.

### 30. ATIVO CLASSIFICADO COMO MANTIDO PARA VENDA

#### Processo de alienação de participação da Cemig GT na Renova

Em 11 de novembro de 2021, a Companhia celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças (“instrumento”) com veículo de investimento da Angra Partners, o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantig Investimentos Ltda para alienação da totalidade de sua participação detida no capital social da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”) e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos detidos pela Companhia em face da Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, pelo valor total de R\$60 milhões e o direito ao recebimento de *earn-out* pela Companhia, condicionada a eventos futuros.

De acordo com o Instrumento, a conclusão da transação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em transações similares, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes, dos credores detentores de garantias reais listados no Plano de Recuperação Judicial da Renova e de contrapartes em determinados contratos comerciais.

O investimento na Renova, que apresenta valor nulo desde 31 de dezembro de 2018, quando este foi reduzido a zero em virtude da apresentação, de patrimônio líquido negativo, foi classificado como ativo mantido para venda, nos termos do IFRS 5/CPC 31 – *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada*, no quarto trimestre de 2021, diante da alta probabilidade de conclusão do seu plano de venda, especialmente após a aprovação do órgão de governança competente, que precedeu à assinatura do instrumento.

#### Conclusão da transação de venda

Em 05 de maio de 2022, a Companhia concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova, bem como a cessão onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face desta investida, pelo valor total de R\$ 60.000, com direito ao recebimento de *earn-out* pela Companhia, condicionado a eventos futuros, nos termos do contrato firmado em 11 de novembro de 2021 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

A Companhia está concluindo a apuração dos efeitos contábeis dessa transação, que serão reconhecidos em maio de 2022.

#### Recuperação judicial – Renova

Em 31 de março de 2022, a Renova possui capital circulante líquido negativo de R\$98.552, prejuízos acumulados de R\$4.029.606, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$721.426 e prejuízo de R\$66.106 no período findo naquela data.

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo (“Grupo Renova”).

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que a recuperação judicial e as transações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não produziram nenhum impacto financeiro adicional em suas informações contábeis intermediárias e não afetam o plano de venda da participação societária na investida.



Os principais eventos ocorridos no âmbito da recuperação judicial da Renova estão descritos a seguir:

- Em 25 de outubro de 2019, a Cemig (controladora da Companhia) firmou contratos de mútuo na modalidade “*debtor-in-possession*” (DIP) no valor total de R\$36,5 milhões. Os recursos desses empréstimos foram garantidos por cessão fiduciária de participação societária em empresa detentora de ativos de empreendimento eólico de propriedade da Renova, no valor aproximado de R\$60 milhões. Em 30 de junho de 2020 foi reconhecida, pela Cemig (controladora da Companhia) a perda no valor recuperável do empréstimo concedido, no valor de R\$37,4 milhões. No âmbito do instrumento de compra e venda de ações da Renova, a Cemig GT assumiu a obrigação de não execução de valores sob este contrato de mútuo pós-concursal até a alienação da UPI SF 120, companhia que detém o projeto Mina de Ouro.
- Em 21 de setembro de 2020, a Renova aprovou a proposta realizada pela Companhia para a suspensão das obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Energia Eólica Incentivada firmado entre as partes e aditado de tempos em tempos, vinculados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. A suspensão perdurará até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022.
- Em 18 de dezembro de 2020, os Planos de Recuperação Judicial ajuizados pela Renova foram aprovados pela Assembleia Geral de Credores (AGC) e homologados pelo juízo da recuperação no mesmo dia.
- Em 06 de maio de 2021 e 23 de agosto de 2021 foram homologados o 1º e o 2º aumento de capital social da Renova, correspondentes à capitalização de créditos, nos termos dos planos de recuperação judicial, não acompanhados pela Companhia, que também não solicitou a conversão de seus créditos em capital. Em 11 de novembro de 2021 foi encerrado o 3º aumento de capital da Renova (3ª Janela), onde o agregado dos créditos não foi superior aos R\$15 milhões, previsto no Plano de Recuperação Judicial. Em razão desses eventos, a participação da Companhia na investida, que era de 36,23% em 31 de março de 2021, passou para 13,80% em 31 de dezembro de 2021.
- Em 24 de novembro de 2021, foi homologado o processo competitivo da UPI Enerbrás, declarando como vencedora a Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, por meio de sua controlada da V2i Energia S.A, pelo valor de R\$265,8 milhões, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão.

- Em 1º de dezembro de 2021, foi concluída a venda da totalidade da participação da Renova na UPI Brasil PCH, nos termos previstos no Edital e no Plano de Recuperação do Grupo Renova, para os demais acionistas da Brasil PCH S.A. (BSB Energética S.A e Eletroriver S.A), que exerceram o seu direito de preferência em observância ao Acordo de Acionistas. Os recursos recebidos com a transação, no montante de R\$1.100.000, foram utilizados, principalmente, na liquidação antecipada do empréstimo na modalidade DIP contratado pela sua subsidiária Chipley SP Participação S.A. e coobrigados da Renova e da Renova Participações S.A. junto à Quadra Gestão de Recursos S.A..
- Em 27 de janeiro de 2022, a Renova aceitou a proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A., mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW, incluindo o direito de earn-out, caso a implantação nas áreas compreendidas no Projeto seja superior a esta capacidade. A transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a realização de um processo competitivo para a alienação da UPI Cordilheira dos Ventos, no âmbito do Processo de Recuperação Judicial, cabendo à AES a condição de primeiro proponente (“Stalking Horse”) e com direito de igualar a oferta de terceiros interessados em tal aquisição. Em 15 de março de 2022, esse processo foi homologado pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo, declarando como vencedora a AES GF1 Holding S.A. pelo montante de R\$42 milhões.

### **31. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI**

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde 2019. Em reunião ordinária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 24 de junho de 2021, foram designados os membros integrantes para a CPI, que apuraram os atos da gestão da Cemig. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração pelo período de 120 dias contados a partir da nomeação de seu Presidente e Vice-Presidente, prazo este prorrogado por mais 60 dias em 26 de outubro de 2021.

Por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente a gestão de pessoas e processos de inexigibilidade de licitação, que foram atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Adicionalmente, no que tange aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares e atualmente existe apuração em curso sobre um deles, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2022 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores. A expectativa da Companhia é de que os procedimentos estejam concluídos no segundo trimestre de 2022.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Ainda não se tem conhecimento de potenciais indiciamentos que poderão ocorrer em virtude dos resultados apontados pela CPI.

A Companhia reafirma que todos os atos da atual gestão visam preservar o patrimônio da Companhia e assegurar a melhoria da oferta de serviços de energia elétrica aos seus clientes, seguindo rigorosamente a legislação pertinente.

## **32. EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2022**

Em 18 de abril de 2022, a Cemig aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2022), com período de adesão de 02 a 20 de maio de 2022, sendo elegíveis todos os empregados da Cemig, Cemig D e Cemig GT, salvo as exceções previstas no Programa. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 25 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 12 remunerações.

Até a data da conclusão dessas informações contábeis intermediárias, um total de 17 empregados da Companhia haviam efetuado a adesão ao programa.

## DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

### Resultado do período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro trimestre de 2022, um lucro líquido de R\$813.514 em comparação ao prejuízo de R\$311.373 no primeiro trimestre de 2021. Essa variação é devida, basicamente, às receitas com variação cambial da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) e perdas no instrumento de hedge correspondente, que atingiu o resultado positivo de R\$254.795 (líquido de tributos) no primeiro trimestre de 2022, em comparação ao resultado negativo no montante de R\$619.244 (líquido de tributos) no mesmo período de 2021.

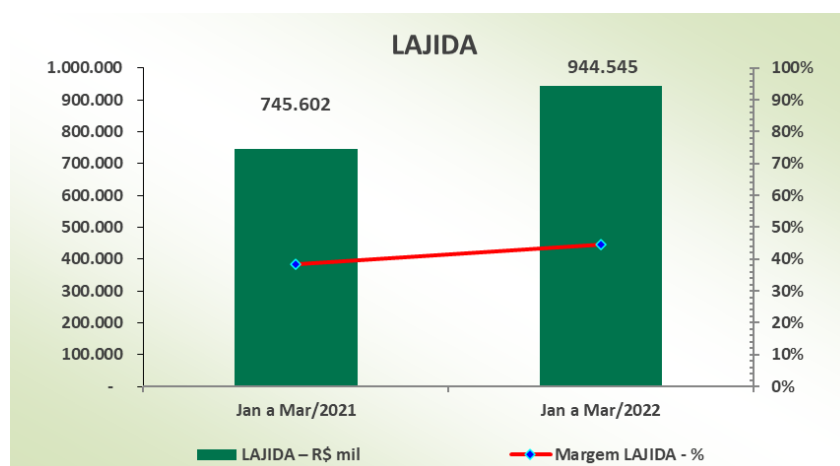
As principais variações na receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida

O Lajida da Companhia, calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, aumentou 26,68% no primeiro trimestre de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021 e a margem do Lajida da Companhia passou de 38,32% para 44,47% nos períodos analisados.

As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste Comentário.

Lajida – R\$ mil	Jan a Mar/2022	Jan a Mar/2021	Var %
Lucro líquido (prejuízo) do período	813.514	(311.373)	-
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	346.035	(188.147)	-
+ Resultado financeiro líquido	(296.881)	1.197.247	-
+ Depreciação e amortização	81.877	47.875	71,02
= Lajida conforme “Instrução CVM 527” (1)	<b>944.545</b>	<b>745.602</b>	<b>26,68</b>



(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

## Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Jan a Mar/2022			Jan a Mar/2021		
	MWh <sup>2</sup>	R\$ (milhares)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) <sup>1</sup>	MWh <sup>2</sup>	R\$ (milhares)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) <sup>1</sup>
Industrial	3.561.728	1.002.414	281,44	3.371.412	895.726	265,68
Comercial	1.055.478	262.023	248,25	999.427	213.782	213,90
Rural	5.100	1.110	217,64	6.966	1.865	267,73
<b>Subtotal</b>	<b>4.622.307</b>	<b>1.265.547</b>	<b>273,79</b>	<b>4.377.805</b>	<b>1.111.373</b>	<b>253,87</b>
Fornec. não faturado, líquido	-	99.995	-	-	90.550	-
	<b>4.622.307</b>	<b>1.365.542</b>	<b>277,33</b>	<b>4.377.805</b>	<b>1.201.923</b>	<b>263,91</b>
Suprim. outras concessionárias (3)	2.277.146	647.906	284,53	2.748.059	769.238	279,92
Suprim. não faturado líquido	-	4.067	-	-	(73.719)	-
	<b>6.899.453</b>	<b>2.017.515</b>	<b>292,42</b>	<b>7.125.864</b>	<b>1.897.442</b>	-

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$2.017.515 no primeiro trimestre de 2022 em comparação a R\$1.897.442 no primeiro trimestre de 2021, um aumento de 6,33%, associado, principalmente, aos seguintes fatores:

- aumento de 5,59% no consumo pelos clientes livres das classes industrial, comercial e rural, associado, principalmente, à efetivação de novos contratos de venda de energia com início de fornecimento em janeiro de 2022;
- aumento de 5,09% no preço médio de energia no primeiro trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021, em função, principalmente, dos reajustes dos contratos de energia.
- redução de 17,14% na venda para comercializadores e geradores de energia, devido, principalmente, à transferência de contratos de compra de energia para a Cemig (controladora da Companhia). Mais informações na nota explicativa nº 24d.

## Receita de concessão da transmissão

A receita de transmissão da Companhia e da Centroeste é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- A receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$151.845 no primeiro trimestre de 2022, em comparação a R\$150.719 no primeiro trimestre de 2021, um aumento de 0,75%;

- As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$68.395 no primeiro trimestre de 2022, comparados a R\$22.451 no primeiro trimestre de 2021, um aumento de 204,64%, em razão, principalmente, do aumento na realização da carteira de projetos de investimento em transmissão em linha com o aumento do custo de construção correspondente; e
- Aumento de 29,99% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R\$188.542 e R\$145.042 no primeiro trimestre de 2022 e 2021, respectivamente. Esse crescimento está associado, principalmente, à variação do IPCA, que foi de 3,20% no primeiro trimestre de 2022 comparada a 2,05% no mesmo período de 2021, base para a remuneração do contrato 006/97. Além disso, destaca-se o reconhecimento dos efeitos da ReH nº 2.852/2021 que definiu o componente financeiro para o contrato 006/97. O saldo devedor desse componente foi recalculado incluindo a remuneração do custo de capital à taxa do custo de capital próprio, em substituição à taxa do custo médio ponderado de capital regulatório, para o período de junho de 2017 a junho de 2020, e os novos valores do componente para os ciclos de 2020-2021 a 2025-2026, considerando o “reperfilamento” dos pagamentos, nos termos da Resolução.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 12.

#### ***Receita com transações com energia na CCEE***

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$22.576 no primeiro trimestre de 2022 em comparação a R\$49.849 no primeiro trimestre de 2021, representando uma redução de 54,71%. Essa redução deve-se, principalmente, à redução de 66,33% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD) do Sudeste/Centro-Oeste, apresentando valor médio de R\$58,10/MWh no primeiro trimestre de 2022 comparado a R\$172,58/MWh no primeiro trimestre de 2021, em função de uma melhor condição hidrológica.

#### ***Impostos e encargos incidentes sobre a receita***

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$492.759 no primeiro trimestre de 2022, comparados a R\$468.464 no primeiro trimestre de 2021, um aumento de 5,19%. As principais variações estão descritas a seguir.

#### **Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)**

Anualmente, a Aneel aprova o orçamento do programa, sendo que os valores são recolhidos pela Companhia por meio da cobrança dos Encargos de Uso da Rede Básica e repassados integralmente à Eletrobrás, gestora destes recursos.

Os encargos referentes ao Proinfa foram de R\$19.490 no primeiro trimestre de 2022, comparados a R\$16.335 no primeiro trimestre de 2021, um aumento de 19,31%, devido, principalmente, ao aumento das cotas aprovadas para o programa em 2022, em comparação a 2021.

### Conta de Desenvolvimento Energético

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$54.552 no primeiro trimestre de 2022 comparados a R\$61.389 no primeiro trimestre de 2021, representando uma redução de 11,14%. Essa variação advém, principalmente, das quotas anuais fixadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

### Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

O valor da CFURH corresponde a 7% da quantidade de MWh de origem hidráulica, multiplicado pela Tarifa Atualizada de Referências (TAR), fixada anualmente pela Aneel.

Este encargo foi de R\$11.749 no primeiro trimestre de 2022, comparado a R\$8.881 no primeiro trimestre de 2021, um aumento de 32,29%, em função, principalmente, do maior volume de geração de energia elétrica em relação ao ano anterior (2.322 GWh no primeiro trimestre de 2022 e 1.834 GWh no primeiro trimestre de 2021). O aumento de geração se deve às melhores condições hidrológicas verificadas em 2022, em comparação a 2021.

### Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

### ***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os custos e despesas operacionais foram de R\$1.317.576 no primeiro trimestre de 2022 em comparação a R\$1.250.122 no primeiro trimestre de 2021, representando um aumento de 5,40%.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

### Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$45.080 no primeiro trimestre de 2022, comparada a R\$34.451 no primeiro trimestre de 2021, representando um crescimento de 30,85%, decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 40,63% nas despesas com comunicação, sendo de R\$11.283 no primeiro trimestre de 2022 em comparação a R\$8.023 no primeiro trimestre de 2021; e

- aumento de 117,88% nas despesas com tecnologia da informação, sendo de R\$8.946 no primeiro trimestre de 2022 em comparação a R\$4.106 no primeiro trimestre de 2022. Esse aumento decorre de novos contratos e investimentos em segurança da informação realizados em 2022.

#### Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$906.797 no primeiro trimestre de 2022, comparado a R\$979.386 no primeiro trimestre de 2021, representando uma redução de 7,41%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- redução de 6,52% nos custos com energia adquirida no ambiente livre, sendo de R\$968.284 no primeiro trimestre de 2022, em comparação a R\$1.035.843 no primeiro trimestre de 2021, associado, à mudança no portfólio de contratos de compra com o término de contratos mais caros e início de fornecimento de contratos com preços mais baixos; e
- redução de 26,10% das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$30.176 no primeiro trimestre de 2022, em comparação a R\$40.832 no primeiro trimestre de 2021. Essa redução deve-se, principalmente, à redução dos PLDs no primeiro trimestre de 2022, quando comparados com os valores do primeiro trimestre de 2021.

#### Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no primeiro trimestre de 2022 foi uma despesa no montante de R\$32.231, em comparação a uma despesa de R\$22.693 no primeiro trimestre de 2021, representando um aumento de 42,03%. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento na taxa de desconto e na expectativa de inflação, os quais elevaram a projeção dos custos do pós-emprego para 2022.

#### Custo de construção

O custo de construção foi de R\$50.696 no primeiro trimestre de 2022, em comparação a R\$19.065 no primeiro trimestre de 2021, um aumento de 165,91%, em razão, principalmente, do aumento da carteira de projetos de investimentos em transmissão.



### Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R\$42.639 no primeiro trimestre de 2022 em comparação a uma reversão de R\$4.916 no primeiro trimestre de 2021. Essa variação é decorrente, principalmente, das provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$27.427 no primeiro trimestre de 2022, em comparação à reversão de R\$13.167 no primeiro trimestre de 2021, estando esse movimento associado, basicamente, aos efeitos negativos sobre o valor justo da MESA em função da sentença desfavorável proferida nos processos arbitrais que envolvem a SAESA. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 28.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 25c.

### ***Resultado de equivalência patrimonial***

Foram reconhecidos ganhos líquidos com equivalência patrimonial no montante de R\$56.080 no primeiro trimestre de 2022 em comparação a perdas líquidas no montante de R\$3.493 no primeiro trimestre de 2021. Esta variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- Resultado negativo com a investida Madeira Energia S.A. (usina Santo Antônio) no primeiro trimestre de 2022, no montante de R\$9.037, referente à atualização do passivo correspondente à participação da Companhia nesta investida, em função dos efeitos das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAESA é parte. No primeiro trimestre de 2021 foi reconhecido resultado negativo com equivalência patrimonial de R\$79.255; e
- Aumento de 18,51% das perdas com as investidas Amazônia Energia e Aliança Norte (acionistas da Norte Energia S.A. – “NESA”) (R\$19.477 no primeiro trimestre de 2022 e R\$16.435 no primeiro trimestre de 2021) e redução de 33,50% no resultado com equivalência patrimonial apurado para a investida Aliança Geração (R\$24.252 no primeiro trimestre de 2022 e R\$36.471 no primeiro trimestre de 2021).

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 13.

### **Resultado Financeiro Líquido**

O resultado financeiro correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$296.881 no primeiro trimestre de 2022 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$1.197.247 no primeiro trimestre de 2021. Essa variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- variação negativa do dólar nos primeiros trimestres de 2022, de 15,10%, em comparação à variação positiva de 9,63% no mesmo período de 2021, gerando o registro de receitas no montante de R\$842.700 e despesas de R\$750.900 no primeiro trimestre de 2022 e 2021, respectivamente; e
- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou variação negativa no primeiro trimestre de 2022, no montante de R\$456.647, em comparação ao reconhecimento de perda no montante de R\$187.348 no primeiro trimestre de 2021. Esse resultado do primeiro trimestre de 2022 é decorrente principalmente da apreciação da curva futura de juros.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

A Companhia apurou no primeiro trimestre de 2022, créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$346.035 em relação ao lucro de R\$1.159.549 antes dos efeitos fiscais, representando 29,84% de alíquota efetiva. No primeiro trimestre de 2021, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$188.147 em relação ao prejuízo de R\$499.520 antes dos efeitos fiscais, representando (37,67)% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9(d).

\*\*\*\*\*

(Original assinado pelos signatários abaixo)

**Reynaldo Passanezi Filho**  
Diretor Presidente

**Dimas Costa**  
Diretor Cemig Comercialização

**Leonardo George de Magalhães**  
Diretor de Finanças e Relações com  
Investidores

**Thadeu Carneiro da Silva**  
Diretor Cemig Geração e Transmissão

**Marco da Camino Ancona Lopez Soligo**  
Diretor Cemigpar

**Marney Tadeu Antunes**  
Diretoria sem denominação

**Eduardo Soares**  
Diretor de Regulação e Jurídico

**Mário Lúcio Braga**  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG-47.822

**José Guilherme Grigolli Martins**  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador – CRC-1SP/242451-O4

## Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**Cemig Geração e Transmissão S.A.**

Belo Horizonte - MG

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Ênfases

### *Risco de continuidade operacional da Renova Energia S.A e Madeira Energia S.A.*

Conforme descrito na nota explicativa 30 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Renova Energia S.A., atualmente classificada como um ativo não circulante mantido para venda, encontra-se em processo de recuperação judicial desde 2020. Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa 13 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a coligada Madeira Energia S.A. apresenta capital circulante líquido negativo, além de existirem circunstâncias que demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou dos seus outros acionistas, havendo ainda circunstâncias específicas em que estão previstas obrigações dos sócios estabelecidas em acordos de acionistas. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A. e da Madeira Energia S.A.. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

### *Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos*

Conforme mencionado nas notas explicativas 13 e 31 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia, na sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig e em determinadas investidas, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos da Companhia e desses outros acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 13 de maio de 2022.

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva  
Contadora CRC-1BA022650/O-0